

SCIENTIA ANTIQUITATIS



0,6 mm

Estratégias de povoamento no complexo dos Vidais (Marvão, Portugal): os espaços habitacionais neolíticos Leonor Rocha.....	5
O que o vento levou e não germinou: estudo carpológico sobre a sondagem 1 do sítio da Tapada do Castelo (Santo António das Areias) – resultados preliminares Alexandra Anselmo.....	23
A salvaguarda e gestão do Património Cultural num mundo em mudança Leonor Rocha e Gertrudes Branco.....	37
As construções de falsa cúpula ou chafurdões no contexto da Alta-Idade-Média, na Serra de S. Mamede Jorge de Oliveira, Catarina de Mateus Soares, Eliana Goufa e Sofia Lovegrove.....	53

ESTRATÉGIAS DE POVOAMENTO NO COMPLEXO DOS VIDAIS (MARVÃO, PORTUGAL): OS ESPAÇOS HABITACIONAIS NEOLÍTICOS

Leonor Rocha¹

Resumo:

No âmbito do Projeto "Arqueologia Rural do Sever II", coordenado por J. Oliveira, L. Rocha, A. Carneiro e N. Almeida, realizaram-se nos anos de 2014 e 2015, trabalhos de escavação na anta e povoado da Tapada do Castelo, da responsabilidade da signatária.

Apresenta-se aqui os resultados obtidos com as sondagens realizadas na área do povoado pré-histórico, localizado no Complexo dos Vidais.

Palavras-chave: Povoamento pré-histórico; Tapada do Castelo; Marvão, Portugal.

Abstract:

In the context of the project "Rural Archeology of Sever II", coordinated by J. Oliveira, L. Rocha, A. Carneiro and N. Almeida, excavation work was carried out in 2014 and 2015 in the dolmen and settlement of Tapada do Castelo, responsibility of the signatory.

We present here the results obtained with the surveys carried out in the area of the prehistoric settlement, located in Vidais Complex.

Key words: Prehistoric settlements; Tapada do Castelo; Marvão, Portugal.

¹ Universidade de Évora/ECS; Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património (CEAACP), lrocha@uevora.pt

1. Contextualização geoarqueológica da área

A área dos Vidais apresenta um denso conjunto de vestígios arqueológicos, cronologicamente enquadráveis entre o Paleolítico e a Época Medieval/Moderna, com a presença de abrigos, pequenos habitats, um povoado fortificado, alguns monumentos megalíticos funerários e arte rupestre ao ar livre que atestam uma continuidade na utilização deste espaço durante um longo período de tempo (fig. 1).

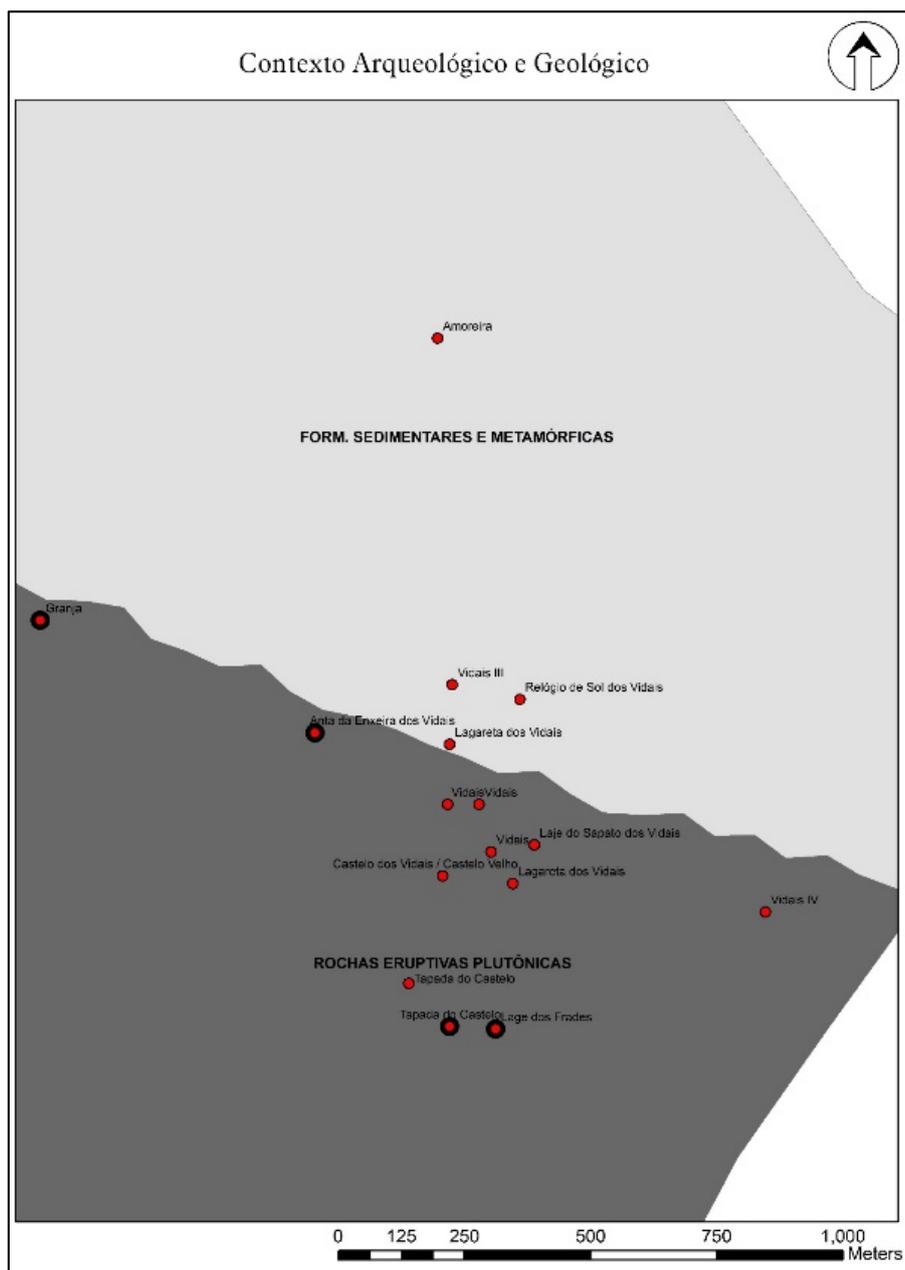


Figura 1 – Localização dos sítios arqueológicos associados ao Complexo dos Vidais, sobre geologia

Do ponto de vista geológico, trata-se de uma área de transição entre duas grandes formações, as formações sedimentares e metamórficas representadas por xistos e grauvaques e as formações das rochas eruptivas vulcânicas, com os granitos e rochas afins, o que condiciona a paisagem, que se apresenta do lado Sul com grandes afloramentos graníticos e, a Norte, com uma área mais aberta, devido à presença das formações sedimentares. Esta geologia condicionou não só o tipo de solos presentes mas também, naturalmente, a implantação dos diversos sítios arqueológicos, como se percebe pela leitura da figura 1. Em termos hidrológicos, este conjunto arqueológico encontra-se nas imediações do Rio Sever (margem esquerda), que apresenta aqui uma intensa rede hidrográfica com pequenas linhas de água, favorável à agricultura, pastorícia e povoamento humano.

2. Caracterização e localização do sítio

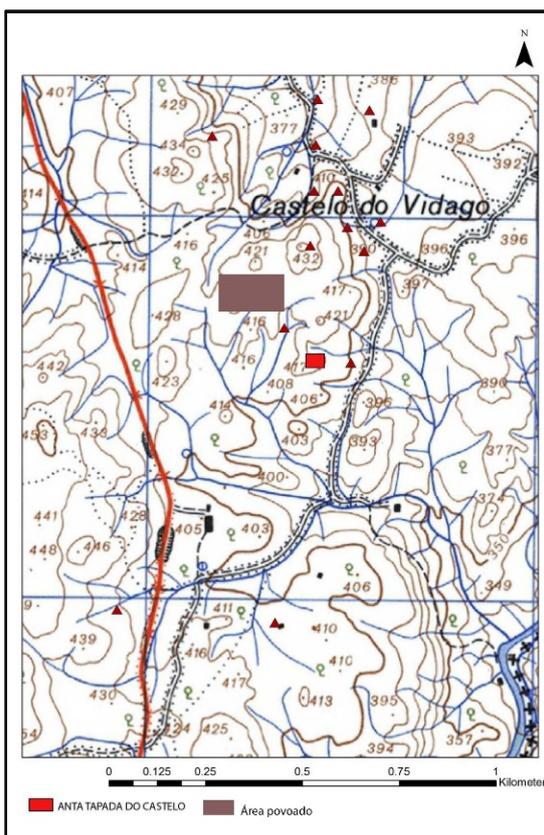
Na área adjacente à Anta da Tapada do Castelo, a cerca de 150/200m, para N/NW, encontra-se uma plataforma aplanada, rodeada por grandes afloramentos dos lados Norte, Este e Sul, junto à qual se localiza o povoado proto-histórico dos Vidais, registado na base de dados Endovélico, com o Código Nacional de Sítio (CNS) 246/249.

Em termos geomorfológicos o sítio localiza-se numa plataforma delimitada por uma linha de grandes afloramentos graníticos, com uma orientação Norte-Sul.

Conhecido localmente como o Castelo, este povoado fortificado foi identificado nos anos 50 do séc. XX, por Afonso do Paço (Paço, 1953). Trabalhos posteriores permitiram identificar outros núcleos de povoamento nesta área (CNS 28142/ 29948/ 30294 e 30295), genericamente enquadrados entre o Neolítico antigo/médio (abrigos) e a Idade do Ferro (Oliveira, 1997; Oliveira, Pereira e Parreira, 2007). O povoado da Tapada do Castelo, agora intervencionado, pode abranger o CNS30378 - Tapada do Castelo, classificado como Achados

Isolados do Neocalcolítico. De facto, os materiais identificados à superfície iniciam-se sensivelmente a partir deste local, mas prolongam-se por toda a plataforma referenciada.

Administrativamente, a Tapada do Castelo situa-se no extremo Este da freguesia de Santo António das Areias, concelho de Marvão, a cerca de 1km da fronteira com Espanha, delimitada nesta área pelo rio Sever.



Povoado da Tapada do Castelo
 C.M.P. 1: 25 000, Fl. 336.
 Coordenadas (ponto central):
 M: 270597, 17 / P: 276041
 Altitude: 420m

Figura 2. Localização do povoado (retângulo castanho) e anta da Tapada do Castelo (retângulo vermelho)

No decurso da 1ª campanha de escavações realizadas na Anta da Tapada do Castelo, em 2014, foram identificados, numa plataforma adjacente, alguns fragmentos de cerâmica manual, um machado de pedra polida, seixos talhados e uma grande mó manual. Dada a proximidade aos vários núcleos já registados no complexo dos Vidais e o facto de esta área se encontrar a uma cota inferior, podendo por isso os materiais identificados resultarem apenas de escorrimentos, não obstante as diferenças cronológicas, considerou-se relevante realizar

sondagens de diagnóstico, para tentarmos compreender esta realidade.

3. A intervenção arqueológica

No ano de 2015, enquanto decorriam os últimos trabalhos arqueológicos na anta da Tapada do Castelo, realizaram-se um conjunto de três sondagens na área do povoado, com o intuito de caracterizar o sítio em termos funcionais e cronológicos. De realçar que, à superfície se tinham identificado, nesta área, fragmentos de cerâmica manual, lascas de quartzo e quartzito, percutores e um grande dormente. Estes trabalhos, realizados no âmbito do PIPA “Arqueologia Rural do Sever II”, contaram com o apoio logístico e financeiro da Câmara Municipal de Marvão² e técnico-científico da Universidade de Évora, através do Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro. Colaboraram também alunos de Arqueologia da Universidade de Évora³.

Como se referiu anteriormente, os vestígios atribuíveis ao neocalcolítico, foram identificados numa plataforma aplanada, com terrenos arenosos e alguns afloramentos dispersos. Atualmente esta área tem uma ocupação exclusivamente pastoril. Assim, face às evidências superficiais optou-se por se demarcarem três sondagens, dispersas na plataforma para verificar o potencial arqueológico (Fig. 3).

² Não podemos deixar de agradecer também à Santa Casa da Misericórdia de Santo António das Areias, a simpatia com que acolheu a equipa e aos proprietários a autorização para a realização dos trabalhos arqueológicos.

³ Daniela Anselmo, Rute Jesus, Albertina Comendinhas, Ruben Barbosa, Alexandra Anselmo, Joaquim Maçãs, Arlindo Garnacha, Carlos Santos, João Rocha e Tiago Calado.

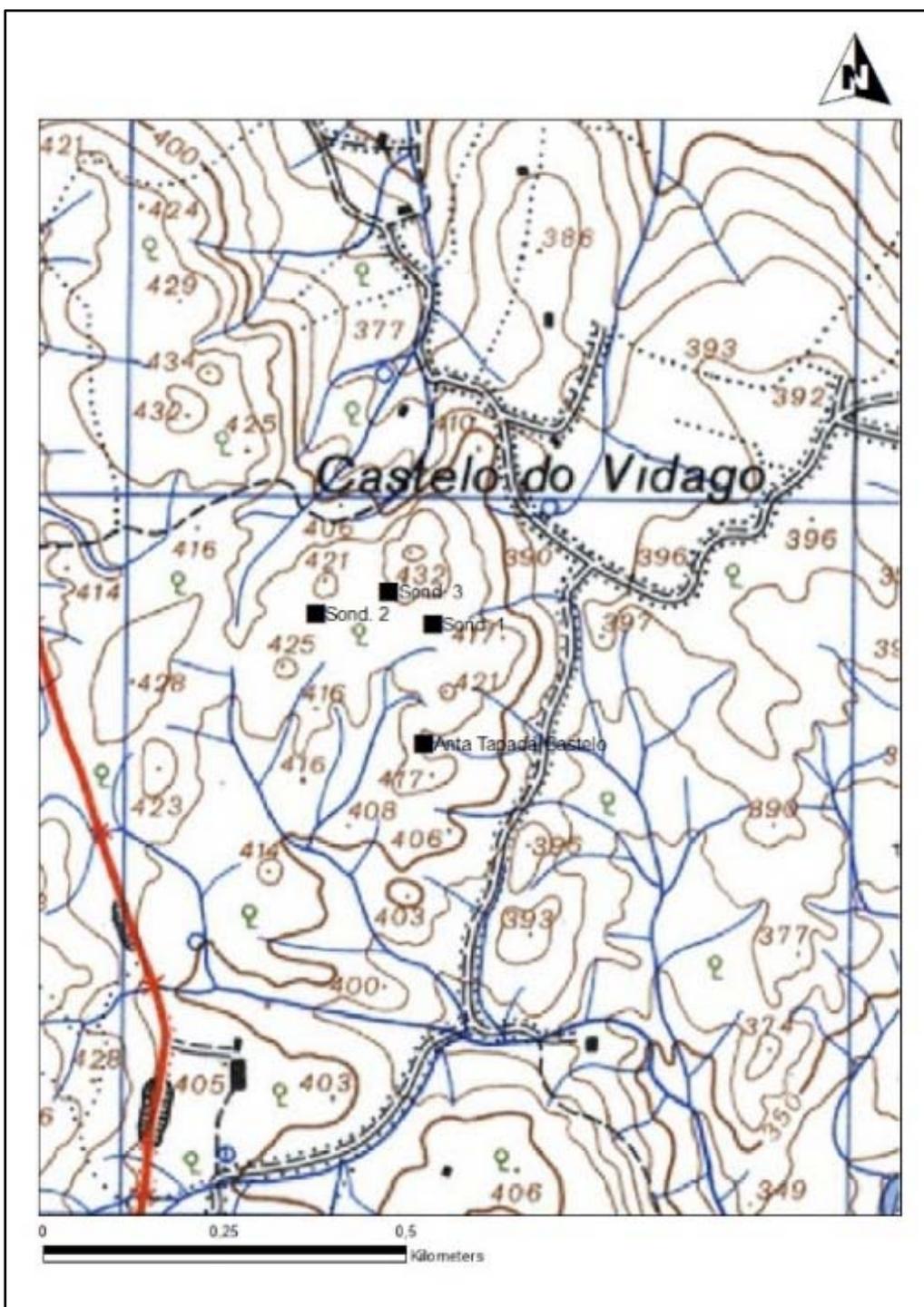


Figura 3. Implantação das sondagens

De uma forma geral pretendia-se:

- 1) Confirmar a existência de um povoado contemporâneo dos monumentos megalíticos funerários;
- 2) Tentar obter alguma informação científica do sítio;

3.1. ESTRATÉGIA E METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

Os critérios definidos para os trabalhos de escavação consistiram, sempre que possível, na observação das técnicas de registo e leitura estratigráfica propostos por Barker (BARKER, 1993) e Harris (HARRIS, 1989). As unidades estratigráficas identificadas durante os trabalhos foram numeradas sequencialmente, em ordem ascendente a partir do 0 e sequencial para as três sondagens atendendo a que as camadas não arqueológicas eram iguais.

Cada unidade estratigráfica foi descrita de acordo com as estruturas identificadas, as características do solo e a presença de materiais arqueológicos associados. Foram todas cotadas, desenhadas e fotografadas. As terras resultantes da escavação foram integralmente crivadas. Apenas se realizou um corte da estrutura identificada na sondagem 1. As restantes áreas não apresentavam potência estratigráfica que o justificasse.

3.2. Descrição dos trabalhos realizados

Sondagem 1

Sondagem inicialmente com 3m de comprimento por 1,5m de largura; posteriormente foi alargada em mais 1mx1,5m, para poder abranger a estrutura identificada. Total final: 6 m²

A escavação da unidade [0] permitiu desde logo perceber que o afloramento granítico se apresentava muito irregular, aparecendo em algumas áreas quase à superfície. No canto N, quase no topo, foram identificadas duas pedras de média dimensão, sem aparente relação entre si. No canto SW da sondagem, recolheram-se fragmentos de cerâmica de roda.

Na metade Norte foi identificada a unidade [2]; trata-se de uma estrutura arredondada (de que provavelmente as duas pedras superficiais faziam parte), escavada no aforamento, com cerca de

0,80m (E/W) por 0,70m (N/S), com 0,40m de profundidade. A parte superior encontra-se muito danificada devido às raízes dos sobreiros, e dos trabalhos agrícolas uma vez que a área continua a ser lavrada com alguma regularidade e a estrutura se encontra muito superficial. Cerca de metade da estrutura, no lado Norte, encontrava-se preenchida com pedras. Entre as pedras foram recolhidos alguns pequenos fragmentos de cerâmica manual (Figs. 5 a 8).



Figura 4. Sondagem 1 - Pormenor do corte realizado no afloramento para abertura da fossa



5



6



7



8

Figuras 5 a 8. Sondagem 1 – Diferentes fases da escavação da estrutura negativa.

Sondagem 2

Sondagem com 2,5m de comprimento x 1,5m de largura. Total: 4 m²
A escavação da unidade [0] nesta sondagem revelou, desde logo, que o afloramento granítico se apresentava muito irregular, aparecendo em algumas áreas quase à superfície, não se tendo identificado nenhum nível arqueológico, nesta área. Sob a unidade [0] encontrava-se logo o afloramento [5] (Fig.9).



Figura 9. Vista final da sondagem 2

Sondagem 3

Sondagem com 2,5m de comprimento x 1,5m de largura. Total: 4 m². Esta sondagem, marcada nas imediações do grande afloramento granítico que suporta, em parte, o povoado proto-histórico dos Vidais, revelou, como se suponha, uma realidade mais complexa. De fato, logo após a remoção da [0] foi identificada outra camada [1], constituída por terras mais escuras, com uma grande espessura e algum espólio arqueológico (Fig. 10), onde se misturavam cerâmicas manuais e lascas (quartzo e quartzito) com cerâmicas de roda. Apesar de não se ter encontrado o afloramento nesta área, na parte final deste depósito começava a escassear o espólio arqueológico.



Figura 10. Vista final da sondagem 3

3.3. Unidades Estratigráficas

[0] – Sondagem 1, 2 e 3. Camada de terras muito humosa, solta, com restos de raízes, folhas e esterco de gado vacum. Tonalidade castanha escura.

[1] – Sondagem 3. Camada de terras amareladas, muito soltas, com abundantes raízes. Subjacente à [0]. Apresenta alguns fragmentos de cerâmica manual e de roda assim como algumas lascas.

[2] – Sondagem 1. Estrutura pétrea inserida na [4]. No topo apresentava 3 pedras de média dimensão, em semi-arco, delimitando o topo da metade Norte da fossa. No lado NE apresentava, até à base da fossa, pedras sobrepostas, uma delas em cutelo, encostada à parede da fossa – afloramento cortado.

[3] – Sondagem 1. Camada de terras esbranquiçadas, soltas, que preenchem a [4]. Esta unidade formou-se devido à mistura das terras existentes na área com o sedimento removido pela escavação da fossa

(processo semelhante ao utilizado na mamoa da Anta da Tapada do Castelo). Com escasso espólio – fragmentos de cerâmica manual.

[4] – Sondagem 1. Estrutura negativa cortada no granito degradado [5], com cerca de 0,80m x 0,70m x 0,40m de profundidade. Danificada por fenómenos de bioturbação - raízes que se entrecruzam e aproveitaram a depressão existente. Planta e seção arredondada.

[5] – Sondagem 1 e 2. Afloramento granítico que se apresenta em diferentes estados de conservação (por vezes bastante alterado) e muito irregular.

3.4. Espólio

Em termos gerais, o conjunto artefactual recolhido nesta intervenção é escasso (total de 180 registos) e encontra-se muito fragmentado, correspondendo a três períodos distintos de ocupação:

- 1) Neolítico final;
- 2) Idade do Bronze/ Ferro;
- 3) Período contemporâneo.

Para além do espólio procedeu-se também à recolha de sedimentos na U.E. 2 da Sondagem 1, os quais foram tratados por uma das alunas de Arqueologia da Universidade de Évora, Alexandra Anselmo, no âmbito do seu trabalho de Seminário, com o apoio dos Laboratórios HERCULES e Pinho Monteiro, da Universidade de Évora. Os resultados desse trabalho são apresentados também neste volume.

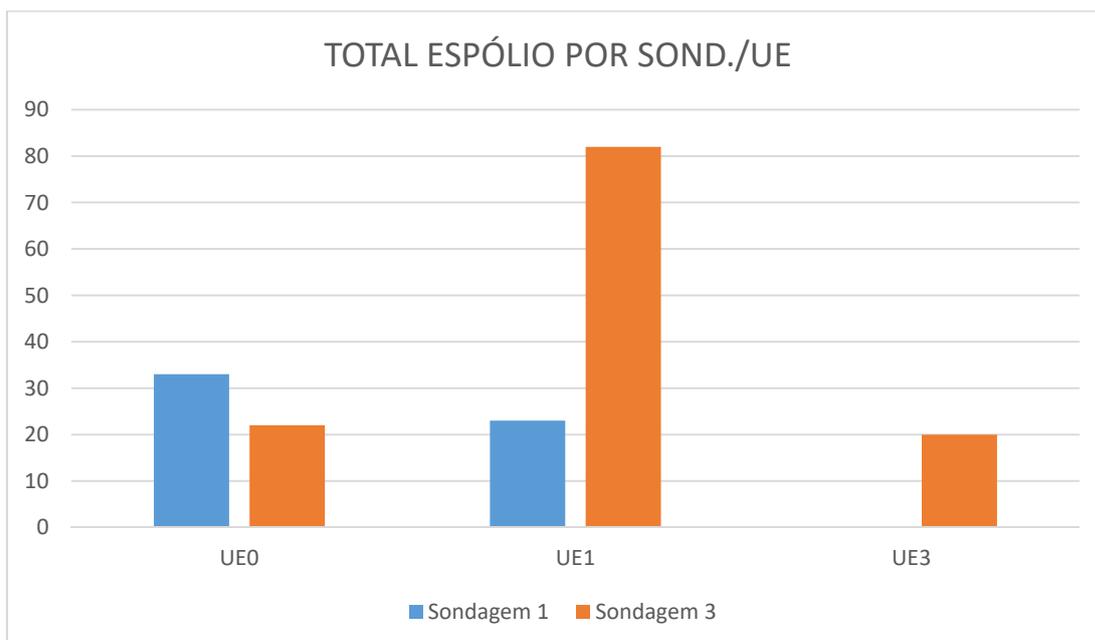


Gráfico 1. Distribuição do espólio recolhido por U.E e sondagem

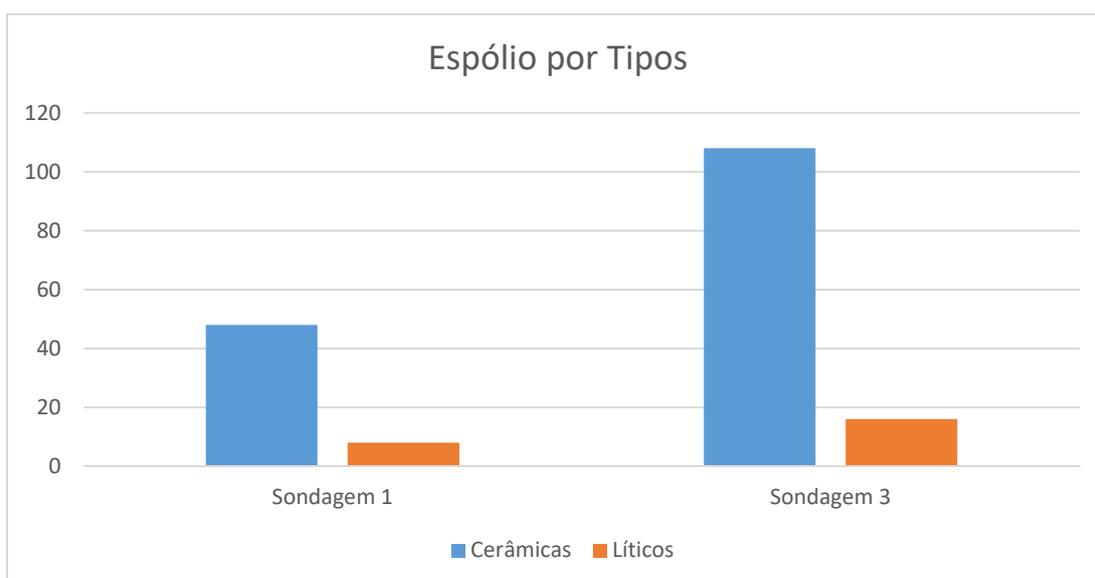


Gráfico 2. Distribuição do espólio recolhido por U.E e tipologia

Como se pode verificar pela análise dos gráficos anteriores, os líticos recolhidos no decurso da escavação são também muito escassos (20 peças) correspondendo, em termos formais a 8 lascas de quartzo, 8 lascas de quartzito e 4 núcleos de quartzo.

Em relação às cerâmicas, dos 156 fragmentos recolhidos, apenas 5 são bordos. Como se referiu anteriormente, a cerâmica apresentava-se muito fragmentada.

4. Resultados

Em termos estruturais, as sondagens realizadas no povoado da Tapada do Castelo foram bastante inconclusivas uma vez que apenas na Sondagem 1 se identificou uma estrutura negativa, do tipo fossa/silo, revestida com pedras. Este tipo de estruturas negativas tem vindo a ser identificadas, com relativa frequência em contextos do Neolítico final/ Calcolítico, sobretudo nos povoados de fossos, com funcionalidades e dimensões bastante distintas.

Em relação ao espólio, apesar de cronologicamente diversificado, sobretudo na Sondagem 3, remete-nos claramente para uma primeira ocupação do sítio também dentro do Neolítico final/ Calcolítico.



Figura 11. Vista geral da plataforma do povoado com indicação das três sondagens.

No caso da Tapada do Castelo, existem alguns problemas à partida que não parecem ser de fácil resolução, atendendo aos resultados obtidos,

a não ser que se consiga vir a realizar prospeção geofísica. De facto, como se referiu anteriormente, o afloramento apresenta-se muito superficial mas com distintos graus de dureza. Esta realidade foi percebida e explorada pelas populações pré-históricas para a escolha da implantação da anta da Tapada do Castelo mas, também, como se viu na Sondagem 1, para a abertura da estrutura negativa. Não existindo atualmente evidências desta realidade, a hipótese que nos parece mais viável, como metodologia de trabalho seria a utilização de geofísica em toda a plataforma, o que nos iria permitir compreender (ou não) este povoado.

5. Evolução do povoamento: os dados arqueológicos

O espaço onde se localiza o complexo dos Vidais desempenhou um papel fulcral no povoamento desta área, como se pode ver pela distribuição de vestígios arqueológicos presentes (Fig.1).

A primeira fase de ocupação ocorre no paleolítico e encontra-se presente em Vidais V, instalado num planalto alongado, com cerca de 1 ha, com boa visibilidade para o vale do rio Sever, estratégico no controle dos recursos naturais (caça, pesca e vegetais).

A Fase II, mal caracterizada devido à ausência de escavações, mas que pelo espólio recolhido (cerâmica decoradas e pedra lascada) pode ser cronologicamente balizada entre o 6º e 5º milénio a.n.e., foi identificada em alguns dos pequenos abrigos naturais existente nas encostas do cerro do Castelo dos Vidais.

De realçar que a área do Complexo dos Vidais se caracteriza pela presença de afloramentos graníticos, com menor ou maior imponência e em bom estado de conservação pelo que, sobretudo nos afloramentos de maior grandiosidade existem alguns abrigos naturais. Alguns destes apresentam evidências de ocupação, quer através do espólio existente à superfície, quer pela construção de pequenos muros, junto à entrada.

No decurso do 4º e 3º milénio a.n.e. a ocupação tende a localizar-se em cotas mais elevadas, destacando-se na paisagem o que confere, também, um excelente domínio visual sobre o espaço envolvente. Os vestígios identificados apontam para a ocupação de suaves plataformas, com solos leves e boa visibilidade para o Rio Sever; Vidais III, IV e V e a Tapada do Castelo representam sítios desta Fase III, podendo alguns ter sido utilizados, ainda que de forma residual, em períodos subsequentes.

Para além da intervenção realizada na Tapada do Castelo, anteriormente descrita, foram ainda realizadas sondagens em 1978/79, num dos abrigos de maior dimensão, localizado na encosta nascente do Castelo dos Vidais. Destes trabalhos, realizados por Victor Gonçalves e Ana Margarida Arruda resultou algum espólio que, pela sua tipologia (pesos de tear, tipo placa) indiciam a existência de uma ocupação neocalcolítica, neste local (GONÇALVES, 1979).

Em termos funerários, esta Fase III está bem representada através da presença de monumentos megalíticos, que se apresentam em duas situações distintas, i) uns implantam-se em áreas com abundantes afloramentos graníticos, que constituem relevos mais elevados tornando as antas “invisíveis” na paisagem – caso das Antas da Tapada do Castelo e Laje dos Frades; ii) outros em áreas mais abertas, que correspondem a linhas de cumeada ou suaves cabeços/esporrões, bem visíveis no espaço circundante – caso das Antas da Granja e Enxeira dos Vidais.

A Fase IV corresponde ao povoamento proto-histórico (2º e 1º milénio a.n.e), localizado na cota mais elevada desta área, representado pelo povoado do Castelo dos Vidais (ou Castelo Velho). Apesar da escassez de dados, devido á ausência de escavações no local, os restos das grandes estruturas de fortificação que apresenta, pelo menos, uma linha de muralha, são bem perceptíveis no terreno. No interior da área fortificada existem evidências de muros que devem corresponder a estruturas habitacionais. Pelo espólio identificado à superfície, o local

poderá ter sido ocupado de forma permanente, no Bronze final/Ferro e utilizado, de forma mais esporádica/sazonal, no Calcolítico e Período Romano. Desconhece-se o local onde se localiza a necrópole correspondente a este povoado.

Em termos gerais, os dados obtidos com as duas curtas intervenções realizadas até ao momento no Complexo dos Vidais (três se considerarmos a escavação realizada pela signatária na anta da Tapada do Castelo, no prelo) permitiram reforçar as informações que tínhamos a partir dos dados de prospeção, evidenciando a importância que esta área deteve entre o 6º e o 1º milénio a.n.e. Ainda que possamos esboçar uma ideia geral sobre o modo de ocupação no espaço e no tempo, apenas a realização de trabalhos arqueológicos mais alargados nos poderá fornecer dados mais específicos sobre as dinâmicas de evolução, nos períodos considerados.

6. Bibliografia

BARKER, E.J.W. (1993) - *Techniques of Archaeological Excavation*. Londres.

GONÇALVES, V.S. (1979) - Importantes descobertas arqueológicas no povoado da Idade do Cobre de Vidais (Marvão). *Clio*. 1: p.178-179.

HARRIS, E. (1989) - *Principles of Archaeological Stratigraphy*. Londres.

OLIVEIRA, J. (1997) - *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever*. Lisboa: Colibri.

OLIVEIRA, J; PEREIRA, S; PARREIRA, J. (2007) – Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão. *IBN MARUAN*. 14. Edições Colibri.

PAÇO, Afonso do (1953) - Carta arqueológica do concelho de Marvão. In *Actas do 13º Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências*. Lisboa, 1950. 7.ª Secção. Ciências históricas e filológicas. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 93-119.

O Que O Vento Levou E Não Germinou: Estudo Carpológico Sobre A Sondagem 1 Do Sítio Da Tapada Do Castelo (Santo António Das Areias) – Resultados Preliminares

Alexandra Anselmo⁴

Resumo:

O sítio arqueológico da Tapada do Castelo foi objeto de escavação em Agosto de 2015. Os trabalhos arqueológicos empreendidos em três sondagens tinham como objetivo principal verificar se os materiais identificados em prospeções naquele espaço não se tratariam de achados isolados, mas sim integrantes de um povoado contemporâneo do monumento megalítico que se encontrava nas proximidades.

Indo de encontro a esta questão, realizaram-se várias recolhas de amostras de sedimento com o intuito de se elaborar um estudo paleoecológico e paleoetnobotânico.

Com base num conjunto de sementes carbonizadas provenientes de uma fossa tipo silo identificada na Sondagem 1, apresentam-se agora os resultados preliminares desse mesmo estudo.

Palavras-chave: Neo/Calcolítico; Tapada do Castelo; Estrutura negativa; Vestígios carpológicos.

Abstract:

The archaeological site of Tapada do Castelo was excavated in August of 2015. The archaeological work, undertaken in three separate surveys had as main objective to verify if the materials identified in surveys in that place would not be isolated findings, but rather

⁴ Mestranda de Arqueologia. ECS/Universidade de Évora

members of a contemporary settlement of the megalithic monument that was nearby.

During the archaeological works, were collected several soil samples in order to develop a paleoecological and paleoethnobotanical study based on the same.

In this paper will be analyzed a sample of carpological remains from a negative structure, silo type, identified in the Survey 1 of Tapada do Castelo site.

Key words: Neo/Calcolitic Settlement; Tapada do Castelo; Negative structure; Carpological remains.

1. Introdução

A Tapada do Castelo encontra-se numa área que comporta o denominado complexo dos Vidais, cuja cronologia recua ao Neolítico Antigo e estende-se até à Segunda Idade do Ferro. Na cota mais alta, tradicionalmente denominada de Castelo do Vidago, observam-se duas plataformas distintas, compostas por taludes e por duas faixas de muralhas. No topo do morro que se localiza a Nordeste identificou-se uma ocupação mista entre a Idade do Bronze e do Ferro. Sob as grandes lapas graníticas encontram-se vestígios atribuíveis ao Neolítico e ao Calcolítico. Nas encostas viradas ao Sever, a norte do povoado, abundam achados isolados romanos e do Paleolítico. A curta distância de Vidais vários sepulcros megalíticos são conhecidos (OLIVEIRA e CUNHA, 1998: 58). Inserido neste complexo ocupacional e fortemente necropolizado, o Sítio da Tapada do Castelo localiza-se numa plataforma inferior rodeada por grandes afloramentos dos lados Norte, Este e Sul muito próxima do Povoado dos Vidais e a cerca de 150 a 200m, a Noroeste da Anta da Tapada do Castelo.

Em termos biogeográficos, o povoado encontra-se na margem esquerda do rio Sever, a uma distância de menos de 1km, numa área de transição entre duas grandes formações litológicas. Insere-se num território dominado por afloramentos graníticos e quartzodioríticos, na passagem para o complexo xisto-grauváquico. Tendo em conta esta sequência litológica, percebe-se que esta área é constituída sobretudo por litossolos (DUQUE ESPINO, 2003: 203-204; OLIVEIRA, 1998: 115-118). O coberto vegetal é composto por carvalhais, série mesomediterrânea luso-estremadurensis silicícola do carvalho-negral (*Arbutus unedo*-*Quercus pyrenaica* sigmetum), que se distribui, essencialmente, nos cumes da Serra de São Mamede até cotas mais baixas de 500 metros de altitude, onde se observam intercalados com sobreirais, série mesomediterrânea luso-estremadurensis e bética subhúmido-húmida do sobreiro (*Sanguisorbo agrimonioides*-*Quercus suber* sigmetum) (DUQUE ESPINO, 2003: 206-207).

No âmbito do PIPA "Arqueologia Rural do Sever II", em 2015 foram realizadas três sondagens neste espaço, com a coordenação científica de Leonor Rocha, da Universidade de Évora, com o intuito de localizar o povoado contemporâneo do sepulcro megalítico da Tapada do Castelo e Lage dos Frades, localizados nas imediações. Era, portanto, necessária uma confirmação de que os achados isolados registados nos trabalhos de prospeção, empreendidos durante a elaboração da Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão, não se tratariam de achados fortuitos fora do seu contexto ou resultantes de escorrimentos provenientes do povoado que se encontrava mais acima, mas, sim, pertencentes a um povoado neo-calcolítico que compreenderia todo aquele espaço. Ao longo das escavações destas três sondagens foram recolhidas diversas amostras de sedimentos para posterior estudo e que são descritas com maior detalhe na metodologia.

2. Materiais e Métodos

Para a amostragem e recolha de restos vegetais teve se em conta o contexto arqueológico, as características do sítio, o tempo disponível, os objetivos de intervenção para a própria escolha do tipo de amostra e para a posterior interpretação (BADAL et alli, 2000: 21), pois os tipos de amostragem adotados condicionam diretamente o resultado que se irá obter (TERESO, 2008: 14). Não existe um modelo ideal para a amostragem de um sítio arqueológico, há, sim, que haver uma combinação de diferentes estratégias de amostragem. Por isso para este estudo foram utilizados vários métodos de recolha: localizada (em zonas específicas de concentrações de macrorrestos em estruturas bem delineadas e propícias a tal); fortuitas ou pontuais (recolha de restos paleobotânicos de maiores dimensões ou mais facilmente detetáveis, recuperados manualmente ao longo da evolução da escavação), em simultâneo com amostras de volumes constantes por unidade estratigráfica (MARTÍN SEIJO et alli, 2010: 23; Tereso, 2008: 14-15).

Na Sondagem 1, optou-se por realizar uma recolha localizada, foi recolhido todo o sedimento proveniente de uma estrutura pétreia U.E. [2], inserida na U.E. [4]. Nesta sondagem foi, igualmente, recolhido todo o sedimento que preenchia a U.E. [4] que corresponde à U.E. [3] – uma unidade de terras esbranquiçadas e soltas, que sofreu infiltrações de raízes de sobreiros que utilizaram a cavidade existente para se alastrarem naquela área. A U.E. [4] consiste numa estrutura negativa escavada no granito deteriorado, com medidas 0,80m x 0,70m x 0,40m de profundidade, danificada principalmente na parte superior pelas raízes e pela lavra regular que se realiza naquela zona. Trata-se, portanto, de uma estrutura bem delineada, muito possivelmente uma fossa, semelhante às encontradas em povoados de

fossos de cronologia calcolítica e por isso com grandes probabilidades de apresentar informações importantes de cariz paleobotânico

Na Sondagem 2, não foi realizada qualquer recolha, visto que sob a camada superficial, U.E. [0], encontrava-se irregular e imediatamente na unidade seguinte, U.E. [5] o afloramento granítico.



Figura 1 - Sondagem 1. Topo da unidade [2] (Rocha, 2015).

Ao contrário da Sondagem 2, após a escavação da unidade [0], na Sondagem 3, chegou-se a outra camada, a U.E. [1], com uma grande espessura, e algum espólio arqueológico, na qual se encontraram cerâmicas manuais, lascas, cerâmicas de roda, e carvões de grandes dimensões ou concentrados. Por isso, nesta unidade estratigráfica, decidiu-se recuperar manualmente os macrorrestos de maiores dimensões, e recolher amostras de sedimento de volume equivalente a cerca de meio balde de terra.

Após a recolha das amostras, os vestígios botânicos foram separados do restante sedimento. Como as amostras eram em grande quantidade e volume, decidiu-se focar o estudo apenas nas amostras recolhidas da estrutura U.E. [4], ou seja, do sedimento recolhido entre as três pedras de média dimensão, U.E. [2], e no preenchimento da estrutura, U.E. [3].

Para este estudo, optou-se por realizar flutuação manual dos sedimentos, uma vez que é o método que melhor combina eficácia e rapidez ao permitir recolher macrorrestos de forma sistemática em menor tempo, partindo do princípio que o material carbonizado é menos denso que a água e, por isso, flutua (TERESO, 2008: 14-21), como, também, facilita a seleção posterior. Contudo este método apenas se torna rentável em volumes reduzidos de sedimento (ALONSO MARTÍNEZ et alli, 2000: 32-33), como é o caso em estudo.

A flutuação foi realizada manualmente, por transfusão numa coluna de crivos de diferentes malhas: 4mm (utilizada para recuperar restos de grande dimensão, nomeadamente carvões e alguns frutos ou caroços); 2mm (auxilia na recolha de restos entre 2mm e 4mm, geralmente cereais, leguminosas e alguns caroços de pequenas dimensões ou plantas silvestres); 0,25mm (usada para recuperar sementes silvestres de pequenas dimensões). Antes de se proceder à flutuação, calcularam-se e anotaram-se os litros de sedimento que seriam processados, utilizando-se um copo com as medidas em litros. Normalmente, o volume da amostra do solo deve ser standardizado, de 1 ou 2 litros, todavia como as amostras recolhidas em campo foram colocadas em sacos com volumes diferenciados, também estas se tornaram irregulares. Na identificação atribuída a cada amostra flutuada o número corresponde à unidade estratigráfica de proveniência e a letra ao volume da amostra (Tabela 1). De tal forma que de 1A a 1E, o sedimento é proveniente da U.E [3], o que perfaz um total de quase 4 litros de sedimento flutuados e correspondentes ao preenchimento da estrutura U.E. [4]. Já as identificações 2A e 2B

indicam o sedimento recolhido entre as três pedras, U.E. [2], imediatamente anteriores à camada U.E [3] e que serão parte integrante da estrutura U.E. [4], sendo no total 1,6l de sedimento flutuado.

Identificação da Amostra	Volume (ml)
1A	700ml
1B	1000ml
1C	1000ml
1D	800ml
1E	400ml
2A	1000ml
2B	600ml

Tabela 1 - Volume das amostras tratadas a partir de flutuação do sedimento.

Durante o processo de lavagem procedeu-se à eliminação da fração argilosa e de outros sedimentos finos, ficando retidos nos crivos os materiais orgânicos. Após a flutuação, extraíram-se os restos vegetais presos nas diversas malhas e depositaram-se em copos. Já era visível em algumas amostras, como a 2A, carvões de pequena e média dimensão. Como nem todas as partes das plantas carbonizadas flutuam ou ficam encurralados debaixo de areias ou rochas de pequenas dimensões, realizou-se uma crivagem do sedimento que se encontrava no fundo do copo, sendo, posteriormente, guardado da mesma forma que o material orgânico.

Como o sítio arqueológico se encontra em meio seco, o mais aconselhado seria aplicar uma técnica de secagem. A secagem dos restos recolhidos deve ser lenta, sem contacto direto com o sol, para garantir que o material não sofre mais fragmentação. Por isso, os macrorrestos e material inorgânico foram colocados numa estufa a temperaturas entre os 28°C e os 30°C, aproximadamente 24h, até

secarem por completo e serem condicionados em sacos de plástico e devidamente etiquetados, com a identificação atribuída ao volume de sedimento, a malha de onde foram recolhidos e se foram submetidos a flutuação ou à crivagem.

A próxima etapa laboratorial consistiu na triagem do sedimento, mais precisamente na separação dos restos arqueobotânicos do resíduo obtido depois da flutuação. Este processo foi realizado com a ajuda de uma lupa binocular, com foco a 0,8, devido à pequena dimensão dos macrorrestos encontrados, que se tratavam na sua maioria de sementes carbonizadas e carvões de pequenas dimensões, em grande número. Note-se que além de macrorrestos carbonizados, foram igualmente observados matéria orgânica que evidencia a existência de infiltrações na estrutura, como raízes e vestígios de exosqueletos e ovos de insetos. Os restos vegetais obtidos foram, posteriormente, armazenados, tendo que estar completamente secos, visto que a presença de humidade degradaria as amostras e dificultaria a identificação, no caso de carvões (MARTÍN SEIJO, 2010: 46-50; TERESO, 2008: 21). Também nesta fase de condicionamento, os restos vegetais foram devidamente etiquetados.

Na fase seguinte procede-se ao diagnóstico ou identificação botânica dos macrorrestos recolhidos. Nesta etapa realizaram-se algumas decisões consideradas tendo em conta a própria realidade encontrada ao longo da triagem. Em primeiro lugar, seria impossível realizar um estudo antracológico, dado o número reduzido de carvões e a sua dimensão inferior a 3mm. Refira-se que somente um carvão recolhido possuía dimensões superiores a 3mm, tendo sido guardado, para um posterior desenvolvimento deste estudo. Desta forma, optou-se por elaborar um estudo carpológico, e sendo o número de sementes carbonizadas tão numerosos, definiu-se uma subamostra de 15% em relação ao volume total de amostras tratadas, correspondendo aos carporrestos da amostra 1D.

A análise, identificação e contagem carpológica foi realizada sob observação à lupa binocular e pontualmente ao microscópio ótico. A identificação tratou-se claramente de um processo trabalhoso e com grandes dificuldades, devido à existência de uma coleção de referência ainda muito incompleta na Universidade de Évora. De tal modo que se procedeu à elaboração de um catálogo de sementes da área em estudo com base em bibliografia específica (MARTIN e BARKLEY, 1961; CASTROVIEJO et alli, 1986; QUEIROZ et alli, 2006; QUEIROZ, 2009) e com base no catálogo atualmente online de Miliza Tischler (<http://www.semima-tischler.de/>). Contudo, como os estudos botânicos da área são incompletos, também o catálogo ficou incompleto não sendo possível identificar a maioria dos espécimes. Procurou-se dessa forma, descrever a morfologia e dimensões das várias sementes.

3. Resultados Preliminares

Da subamostra 1D foi possível contabilizar um total de 592 sementes carbonizadas. Como se pode visualizar na Tabela 2, a maioria dos espécimes possuem como dimensões entre 0,5mm e 0,7mm, sendo poucas as que possuem mais de 1mm de dimensão.

Dimensão das sementes	Número de Espécimes
0,3mm	53
0,4mm	80
0,5mm	138
0,6mm	116
0,7mm	132
0,8mm	52
0,9mm	19
1,1mm	1
2,7mm	1
Total	592

Tabela 2 - Dimensões dos espécimes estudados, provenientes da subamostra 1D.

Em termos morfológicos, dois aspetos devem-se ter em conta. Se por um lado a transformação dos materiais vegetais em carvão evita, em meio seco, o ataque de micro-organismos que os destruiriam, por outro lado o processo de carbonização pode provocar a deformação dos vestígios, a tal ponto que impossibilitem a sua identificação. Esta terá sido uma das maiores dificuldades na fase de identificação dos materiais e o que evidencia a importância que uma coleção de referência possui para a elaboração do estudo. Contudo, pelas suas reduzidas dimensões já é possível perceber que se tratam apenas de espécies de plantas silvestres.

Apesar destas dificuldades, observou-se que a maioria das sementes encontradas caracterizam-se por serem esféricas, globosas ou subglobosas, de superfície áspera, tuberculada ou lisa, muito provavelmente da família Lamiaceae.

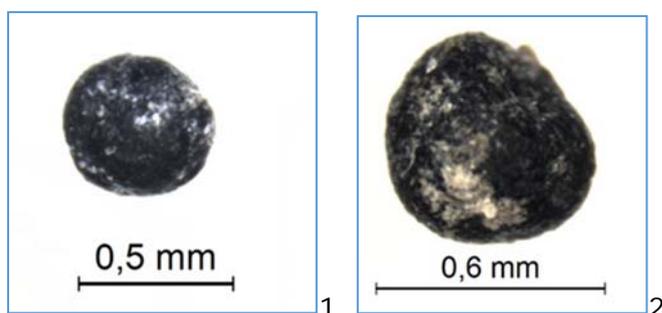


Figura 2 - Carporrestos provenientes da subamostra 1D.
1- *Lamiaceae* gr. 2- *Cerastium* sp.

Outras distinguem-se por serem angulares, ovaladas e lisas, sendo que estas são em maior número no grupo com 0,5mm de dimensões. Tudo leva a crer que pela sua morfologia e dimensões, estas sementes pertençam ao género *Cerastium*, da família das *Caryophyllaceae*. Dentro deste grupo, também se visualizam sementes de forma plano-convexa, elíptica, alongada e superfície e ângulo irregulares, contudo para este grupo não foi possível determinar um género ou família.

Muito possivelmente também pertencentes à família das *Caryophyllaceae*, devido à sua morfologia tuberculada e gibosa e dimensões de 0,7mm, reconhecem-se três espécies distintas, embora

somente um espécime se conseguiu identificar o género. Um grupo é constituído por duas sementes inteiras e duas fragmentadas, os outros dois apenas possuem uma semente cada. A única semente identificada corresponde ao género *Silene* trata-se de uma semente reniforme, tuberculada, com cerca de 0,7mm, facetada, com as faces laterais convexas e face dorsal plana, possui tubérculos mais evidentes nas faces laterais.

4. Discussão

Os resultados preliminares retirados dos vestígios da subamostra 1D colocam várias questões e ideias acerca da natureza da estrutura, U.E. [4] da Sond. [1] e mais genericamente do povoado da Tapada do Castelo.

Como explica Buxó (1997), as espécies silvestres, mesmo que a sua presença não seja intencional e que, como o nome indica, não sofram qualquer tipo de modificação pelo homem, podem fornecer igualmente informação sobre as atividades antrópicas na região, nomeadamente o seu aproveitamento pelos grupos humanos, a sua existência em grande número em áreas antropizadas (plantas ruderais), ou que se adaptaram a áreas modificadas pelo homem (plantas cinantrópicas).

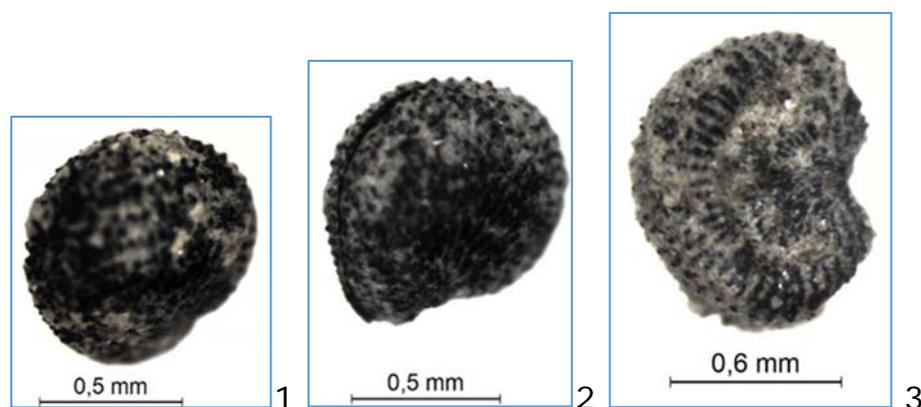


Figura 3. Carporrestos provenientes da subamostra 1D. 1 - *Caryophyllaceae* gr. 2 - *Caryophyllaceae* gr. 3 - *Silene* sp.

No caso dos vestígios carpológicos identificados, podem ser retiradas algumas informações dos grupos a que pertencem. O género *Silene* é um género muito abundante, representado em Portugal por quatro dezenas de espécies. Ainda encontrado em grande abundância, na zona em questão, este género compõe-se tanto de espécies ruderais, como de ambientes de matos ou charnecas em solos secos. Este género foi encontrado em variados contextos arqueológicos, sendo frequente identificá-lo junto a culturas de cereais, após a sua colheita e armazenamento, o que indica a sua presença nas áreas cultivadas, mas sem qualquer propósito de armazenamento (QUEIROZ, 2009). Por sua vez, o género *Cerastium* é composto por pequenas plantas rasteiras, de pequenas flores brancas, abundantes em solos cultivados e pousios, pastagens e caminhos. A família das *Lamiaceae* também identificada, embora possua um conjunto de espécies cultivadas, todas elas ainda hoje são encontradas em áreas de mato e charnecas, podendo igualmente crescer naturalmente em áreas fortemente antropizadas. Esta família é muito conhecida pelas funções aromáticas e medicinais das suas espécies, nomeadamente do *Thymus* sp. *Lavandula* sp. e *Mentha* sp. Em suma, a identificação destes vestígios indicia a antropização da área em questão, tendo sido realmente aproveitada pelo homem durante a época de construção da estrutura U.E. [4].

Uma série de questões ainda prevalecem em redor da natureza da estrutura U.E. [4]. A primeira pergunta que se coloca é: qual a sua função? Algo é quase certo, não se trata de um depósito de armazenamento de cereais, visto que não possuía qualquer vestígio de cariopses que o comprovasse. Outro problema observado é a grande quantidade de sementes silvestres para uma estrutura de dimensões tão reduzidas, visto que, apenas numa subamostra foi possível identificar quase 600 vestígios carpológicos. Algo ainda mais interessante é observar-se que todos os vestígios se encontram carbonizadas. A existência de infiltrações por raízes pode evidenciar a

sua deposição posterior à da construção e utilização da fossa, contudo a inexistência de raízes carbonizadas e os raros carvões encontrados indica que não existe qualquer ligação entre as infiltrações e a deposição dos restos carpológicos. Seria possível uma acumulação tão grande de sementes apenas transportadas pelo vento para a estrutura? Será este um caso intencional? Estes teriam algum tipo de uso? E, visto que na sondagem em questão não se observou qualquer área de combustão, o que provocou a carbonização destes vestígios?

Estas são algumas questões que perduram, enquanto esperam respostas. Um estudo mais aprofundado sobre o sítio e dos restos carpológicos encontrados, com a prévia elaboração de uma coleção de referência com sementes de espécies que crescem na região, poderão fornecer respostas para muitas das questões que levanta o sítio da Tapada do Castelo.

5. Referências Bibliográficas

ALONSO MARTÍNEZ, N., JUAN TRESSERRAS, J., RODRÍGUEZ-ARIZA M. O., ROVIRA BUENDÍA, N. (2000) - Muestreo Arqueobotánico de Yacimientos al Aire Libre y en Medio Seco. La Recogida De Muestras En Arqueobotánica, Objetivos Y Propuestas Metodológicas: La Gestión De Los Recursos Vegetales Y La Transformación Del Paleopaisaje En El Mediterráneo Occidental. Barcelona/Bellaterra: Encuentro del Grupo de Trabajo de Arqueobotánica de la Península Ibérica, 29-45.

BADAL, E., CARRIÓN, Y., RIVERA, D., UZQUIANO, P. (2000) - La Arqueobotánica En Cuevas Y Abrigos: Objetivos Y Métodos De Muestreo. La Recogida De Muestras En Arqueobotánica, Objetivos Y Propuestas Metodológicas: La Gestión De Los Recursos Vegetales Y La Transformación Del Paleopaisaje En El Mediterráneo Occidental. Barcelona/Bellaterra: Encuentro del Grupo de Trabajo de Arqueobotánica de la Península Ibérica, 17-27.

BUXÓ CAPDEVILA, R. (1997) - Arqueología de las plantas. Barcelona: Ed. Crítica.

CASTROVIEJO, S. et al. (eds.) (1986) - Flora iberica: Plantas vasculares de la Península Ibérica e Islas Baleares. Madrid: Real Jardín Botánico, CSIC.

- MARTÍN SEIJO, María et alli (2010) - Arqueoloxía, Guías Metodolóxicas: Guía de Arqueobotánica. Galicia: Xunta de Galicia, Consellería de Cultura e Turismo Dirección Xeral do Patrimonio Cultural.
- MARTIN, Alexander C., BARKLEY, William D. (1961) – Seed Identification Manual. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- OLIVEIRA, Jorge de (1998) - Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever. Lisboa: Ed. Colibri.
- OLIVEIRA, Jorge de, CUNHA, Susana S. S. S. (1998) - O Complexo Arqueológico dos Vidais na Correspondência Trocada entre António Maçãs e Leite de Vasconcellos. Ibn Maruán - Revista Cultural do Concelho de Marvão. 8. Marvão: Câmara Municipal de Marvão, Lisboa, Ed. Colibri, 57-85.
- OLIVEIRA, Jorge de, PEREIRA, Sérgio, PARREIRA, João (2007) - Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão. Ibn Maruán - Revista Cultural do Concelho de Marvão. 14. Marvão: Câmara Municipal de Marvão, Lisboa, Ed. Colibri.
- QUEIROZ, Paula Fernanda, MATEUS, José Eduardo, PEREIRA, Telmo, MENDES, Patrícia (2006) - Santa Clara-A-Velha: O Quotidiano Para Além da Ruína (Primeiros Resultados da Investigação Paleoecológica e Arqueobotânica). Trabalhos do CIPA. 97. Lisboa: Instituto Português da Arqueologia.
- QUEIROZ, Paula Fernanda (2009) – Sementes do Silo do Bronze Final de Trigaches (Beja). TERRA SCENICA – Território Antigo, relatórios, 9.
- ROCHA, Leonor (2015) - Tapada do Castelo (Santo António das Areias). Relatório Técnico-científico Final. PNTA: ARQUEOLOGIA RURAL DO SEVER.
- TERESO, João Pedro (2008) - Introdução Ao Estudo De Macro-Restos Vegetais Em Sítios Arqueológicos. Introdução Ao Estudo Da Arqueobotânica. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, CIBIO.

A salvaguarda e gestão do Património Cultural num mundo em mudança

Leonor ROCHA⁵
Gertrudes BRANCO⁶

Resumo:

Maurice Halbwachs referiu que «é na sociedade que as pessoas adquirem as suas memórias e também é na sociedade que recordam, reconhecem e localizam as suas memórias» (HALBWACHS, 1990: 38), significando que é fundamental para cada indivíduo conhecer as memórias coletivas da sociedade em que se integra, para reconhecer os seus valores sociais e civilizacionais.

Neste contexto, os sítios arqueológicos e os seus vestígios materiais são entendidos como recetáculos do passado, cujo conhecimento é fundamental para a construção de memórias coletivas. Todavia, os sítios arqueológicos não são recetáculos estáticos de um momento pretérito, têm uma existência histórica que ultrapassa, em muitos casos, a intenção funcional para a qual foram originalmente criados. A sobrevivência e a importância de um sítio arqueológico não depende somente da conceção idealizada pelos seus protagonistas, depende da importância e do enquadramento que as diferentes sociedades lhes foram atribuindo ao longo dos milénios, que lhes permitiu sobreviver a guerras, destruições, vandalizações e, por último, ao acelerado desenvolvimento das sociedades pós industrialização.

Palavras-Chave: Arqueologia; Património; Gestão; Portugal

⁵ Universidade de Évora/ CEAACP, lrocha@uevora.pt

⁶ Universidade de Évora/ CHAIA/ DRCCentro, gertrudes.branco@gmail.com

Abstract:

Maurice Halbwachs said that «it is in society that people acquire their memories and also in society who remember, recognize and locate their memories» (HALBWACHS, 1990: 38), meaning that it is essential for every individual to know the collective memories of society in which it operates, to recognize their social and civilizational values. In this context, the archaeological sites and its material remains are seen as receptacles of the past, which is essential for the construction of collective memories. However, archaeological sites are not static receptacles of a past time, have a historical existence that surpasses, in many cases, the functional purpose for which they were originally created. The survival and the importance of an archaeological site depends not only on design conceived by its protagonists, depends on the importance and the framework that the different companies they have been giving over the millennia, which allowed them to survive the wars, destructions, and, finally, the accelerated development of post industrializing societies.

Keywords: Archaeology; Heritage; Management; Portugal

1. Enquadramento legislativo

Nas últimas duas décadas, o incremento da atividade arqueológica, potenciado pelo desenvolvimento de procedimentos de avaliação e minimização de impactes ambientais e patrimoniais, tem levantado alguns desafios à salvaguarda e gestão integrada do património arqueológico. Se, nalguns casos, a importância e estado de conservação dos vestígios identificados conduziu à sua salvaguarda e valorização, com o objetivo de potenciar a sua fruição pública, na esmagadora maioria dos casos, temos assistido, somente, à sua conservação pelo registo científico, independentemente da sua natureza e características patrimoniais.

Em finais dos anos noventa do século passado, Portugal, consciente da importância e dos desafios levantados à preservação do património arqueológico, subscreveu a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista), aberta à assinatura em La Valetta (Malta), em 16 de Janeiro de 1992. Este normativo foi basilar na redação dos artigos constantes na lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), no que respeita a salvaguarda do património arqueológico. Contudo, esta redação não respeitou na íntegra princípios fundamentais contidos na Convenção Europeia e subscritos pelo Estado português.

A Convenção recomenda (n.º 4, art. 5º) «prever, se exequível, a conservação *in situ* de elementos do património arqueológico que tenham sido encontrados na sequência de obras». Não obstante a legislação nacional defende (n.º 1, art. 75º) «aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico», solução que fundamenta o desenvolvimento da “arqueologia preventiva e de salvaguarda” em detrimento das ações de conservação e divulgação patrimonial.

Em paralelo com a adoção das normativas europeias, a protecção ao património arqueológico encontra-se consignada, enquanto parte integrante do Património Cultural português, noutros instrumentos jurídicos, de iniciativa nacional, entre estes, a lei suprema do país. A Constituição da República Portuguesa (alínea e), art. 9º) assume, como tarefa fundamental do Estado «proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território», assumindo, em paralelo, com a tarefa de «(...) classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico» (alínea c), art. 66º).

Neste contexto, salientamos alguns dos princípios consignados na Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de Setembro):

A política do património cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional. (nº 2, artigo 2º);

Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional. (nº 1, artigo 3º);

O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais. (nº 3, artigo 3º);

O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais ou empresas especializadas acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural. (nº 1, artigo 4º);

Entre outros, os instrumentos referidos no número anterior podem ter por objecto a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais. (nº 2 do artigo 4º);

Para além dos normativos legais específicos, a salvaguarda patrimonial encontra-se potenciada num amplo conjunto de documentos jurídicos, desenvolvidos ao nível da gestão e ordenamento do território, de cariz nacional e regional. Estes advogam a inclusão dos bens patrimoniais nos vários instrumentos de gestão territorial, como seja o Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROTs) ou os Planos Directores Municipais (PDM), os quais devem, por princípio, estabelecer hierarquias, critérios e medidas para as áreas e/ou conjuntos de sítios a proteger e valorizar, integrando-os num desejável desenvolvimento sustentável e

equilibrado (PARTIDÁRIO, 2007; PARTIDÁRIO e PINHO, 2000; PARTIDÁRIO e JESUS, 2003, 2004; ROCHA, 2014a, 2014b).

Defendemos que, a correção das assimetrias regionais existentes entre o litoral e o interior, mas também entre o Norte e o Sul, só pode ser diminuída através de uma estratégia nacional, que trespasse os diferentes níveis de atuação que interferem com a salvaguarda do património cultural. Atualmente, as zonas do território mais isoladas e desertificadas tendem a ficar de fora dos grandes investimentos públicos e privados, não por falta de pontos de interesse (sítios e paisagens suscetíveis de serem valorizadas) mas apenas por ausência de um ordenamento do território equilibrado e de uma aposta no património como produto potenciador de desenvolvimento. Muitas vezes a falta de gestão e planificação adequada conduz a desequilíbrios de vários níveis, sendo o património cultural um dos elementos mais prejudicados.

Como referimos anteriormente, nas duas últimas décadas, o incremento da atividade arqueológica, potenciado pelos resultados obtidos no âmbito dos processos de avaliação e minimização de impactes ambientais, desenvolvida, fundamentalmente, pela arqueologia empresarial, tem levantado alguns desafios à salvaguarda e gestão do património arqueológico.

Debate-se a qualificação dos profissionais responsáveis pela direção científica dos trabalhos arqueológicos, a qualidade e a extensão do registo, a atualização das técnicas e metodologias de trabalho, assim como, a gestão da informação científica produzida e do espólio recolhido. Por último, relevar-se a divulgação do conhecimento obtido, considerando que os documentos e materiais obtidos pelo princípio da «conservação pelo registo científico», são o único testemunho de um local que foi irrecuperavelmente destruído.

Apesar das recomendações internacionais, a preservação «*in situ*» dos contextos arqueológicos, identificados em contexto de obra, e a sua disponibilização para fruição pública, em função do seu estado de

conservação e relevância patrimonial, são ainda uma exceção em território nacional.

Em Portugal, nesta matéria, deparamo-nos com quatro categorias de investimento, definidos em função dos seus principais intervenientes: (i) o investimento público em sítios públicos; (ii) investimento público em sítios privados; (iii) investimento privado em sítios públicos e (iv) investimento privado em sítios privados. Fora deste âmbito permanecem alguns milhares de sítios que, não obstante o seu elevado potencial científico e museológico, nunca foram intervencionados, divulgados ou musealizados.

Como analisaremos de seguida, independentemente da natureza e contexto do investimento, a sua autorização depende, desde os inícios do século XX, da ação da instituição pública que tutela o património cultural. Após o investimento inicial, falta de meios para a manutenção e promoção destes locais é, atualmente, um dos grandes problemas patrimoniais. Deste resulta, na maioria dos casos, a sua degradação pela falta de limpeza, monitorização e manutenção.

2. Investimento público em sítios privados

Enquadram-se nesta categoria os projetos de investigação científica que foram realizados, com apoio financeiro do Estado (Fundação Ciência e Tecnologia, Instituto Português de Arqueologia, Fundação Calouste Gulbenkian e autarquias), em propriedades privadas. O aporte científico que este tipo de investimento tem trazido, encontra-se depende da concordância prévia dos seus proprietários. De facto, não obstante os trabalhos arqueológicos poderem contar, em fase de estudo, com a aceitação dos donos do terreno, a fase subsequente, de valorização e fruição cultural, pode encontrar algumas resistências, sejam pela manutenção do «direito à privacidade» ou da rentabilidade económica dos espaços disponibilizados.

a. A Anta Grande do Zambujeiro (Évora)

A Anta Grande do Zambujeiro é um dos piores exemplos dentro desta categoria. Considerado o maior dólmen de corredor do mundo foi descoberto, na segunda metade do séc. XX (1964), por Henrique Leonor Pina que aí realizou três campanhas de escavação (1966, 1967, 1969). Posteriormente, e até à década de noventa do mesmo século, vários outros investigadores realizaram intervenções e/ou estudos sobre este local. Todos os trabalhos foram financiados pelo Estado. No entanto, passados 52 anos sobre a descoberta, o sítio encontra-se em avançado estado de ruína, com os esteios a apresentarem fissuras e/ou fraturas e a mamoa, em avançado estado de degradação (Fig.1).

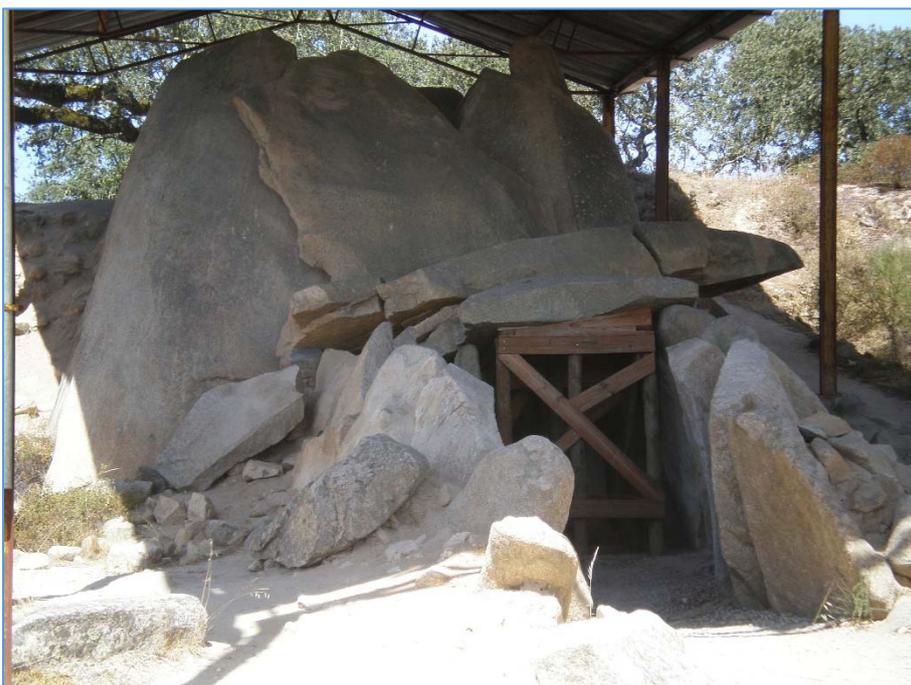


Figura 1. Imagem atual da Anta Grande do Zambujeiro (Évora)

Neste caso, os trabalhos de recuperação e valorização não têm sido possíveis por não se conseguir chegar a acordo com o proprietário. O Estado português não tem capacidade financeira para adquirir todo o vasto património que se encontra a necessitar de recuperação e

executar os trabalhos necessários ao seu restauro. Para além disso, o proprietário não se encontra interessado em recuperar e valorizar este sítio, e não tem mostrado vontade de colaborar numa ação conjunta com o Estado. Perante esta situação, o monumento tem-se vindo a degradar, estando atualmente algumas das suas estruturas pétreas em risco de colapso (Fig. 2).



Figura 2. Pormenor de alguns dos problemas estruturais do monumento.

Para tentar resolver este impasse, a Universidade de Évora, com o apoio da Direcção Regional de Cultura do Alentejo e a Câmara Municipal de Évora têm vindo a tentar negociar uma permuta de terrenos que permita que o monumento passe para propriedade do Estado.

b. Anta da Arquinha da Moura (Tondela)

A Anta da Arquinha da Moura é um monumento megalítico composto por câmara e corredor. As escavações arqueológicas, efetuadas nos

anos noventa do século passado, colocaram a descoberto um conjunto significativo de pinturas, no interior dos esteios da câmara, representativas do grupo dolménico da Beira Alta, caracterizado pela associação de motivos abstratos a representações figurativas. Neste monumento encontram-se, principalmente, representados motivos figurativos, com preferência para a figura humana.

Este monumento foi alvo de trabalhos de valorização, nos inícios dos anos noventa do século passado, e, apesar de se encontrar em razoável estado de conservação (Fig. 3) não se encontra integrado num sistema consolidado de monitorização, divulgação e fruição pública.



Figura 3. Vista atual da anta da Barquinha da Moura (Tondela)

3. Investimento público em sítios públicos.

Em primeiro lugar há que referir que, de um modo geral, os investimentos públicos, ao nível do restauro e conservação patrimonial, têm sido muito escassos em Portugal. Para além de ações pontuais

motivadas por degradação ou mesmo derrocada de monumentos, os restantes casos foram trabalhos realizados em projetos com recurso a fundos comunitários.

Neste domínio existiram dois eixos de ação: um em que os sítios recuperados e musealizados foram escolhidos pelo Estado (central e/ou regional), e que, aparentemente, não tiveram em consideração nenhum eixo estratégico, definido a nível dos instrumentos de gestão do território. Sítios como Milreu, S. Cucufate, Miróbriga, Alcalar 7, Antas de Elvas, Santa Victória, Cabeço do Vouga e Mamoia do Taco foram intervencionados e musealizados neste contexto. No entanto, na maioria dos casos as elevadas verbas necessárias para a sua manutenção tem conduzido, nos últimos anos, a graves problemas, como o caso de Torre de Palma (Fig. 4) ou do Cabeço do Vouga (Fig. 5).



Figura 4. Vista geral da villa romana de Torre de Palma (Monforte)

O segundo caso, mais raro, reporta-se a investimentos em propriedades que estão a ser geridas pelo próprio Estado, também com

comparticipação de fundos comunitários. Nestes casos, a escolha parece-nos clara, uma vez que é decidida e executada pelos próprios beneficiários. Enquadra-se nesta categoria, por exemplo, o projeto de estudo, reabilitação e valorização do Património da Coudelaria de Alter do Chão.

a. Cabeço do Vouga (Águeda)

A estação arqueológica do Cabeço do Vouga é constituída por dois cabeços aplanados - Cabeço da Mina e Cabeço Redondo - localizados entre os rios Vouga e Marnel. Possui vestígios de ocupação humana, documentada, fundamentalmente, para o período romano. Esta estação anda ligada, desde o século XIX, à problemática em torno da localização do *oppidum* dos *Turduli Veteres* – Talabriga – fundamentada numa notícia de Apiano sobre as campanhas de Décimo Júnio Bruto.



Figura 5. Vista geral do sítio de Cabeço do Vouga (Águeda)

As primeiras campanhas arqueológicas datam de 1941, sob direção de Rocha Madahil e Sousa Baptista. Abandonado durante décadas o povoado chegou aos anos 90 em estado lastimoso, tendo por isso arrancado em 1996 um projeto de valorização do local, sob responsabilidade do arqueólogo Fernando Pereira da Silva, enquadrado pela autarquia de Águeda.

Estes trabalhos colocaram a descoberto um conjunto de estruturas monumentais, disponibilizadas para divulgação junto do público e das escolas interessadas. Contudo, mercê de fatores vários, nomeadamente, o falecimento do arqueólogo responsável, assim como, as intempéries e os sucessivos assaltos, fizeram degradar a estrutura de musealização (rede de vedação, cobertura, infraestruturas de apoio), não sido encontrada, ainda, uma solução que dignifique o local, que se degrada mercê do abandono e dos agentes erosivos.

4. Investimento privado em sítios privados

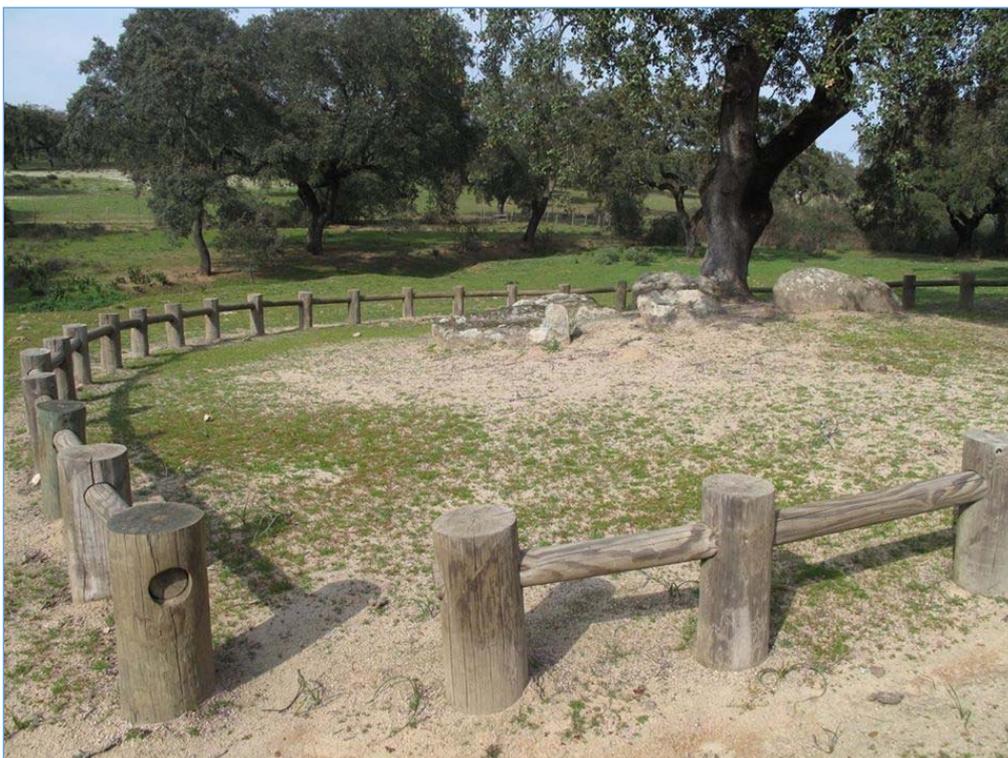


Figura 6. Conjunto Arqueológico das Murteiras (Évora)

Falar de investimento privado em sítios privados, em Portugal, não é uma tarefa fácil, pela escassez de exemplos, nas últimas décadas, sobretudo na região sul. Na realidade, até à criação do Instituto Português de Arqueologia, com a conseqüente normalização da atividade arqueológica e definição da carreira de arqueólogo existiam inúmeros proprietários que, sendo detentores de sítios arqueológicos, realizam escavações (e nalguns, casos valorizações). Atualmente, os pequenos e médios proprietários por norma, não valorizam o património que têm à sua guarda, não obstante a lei existente lhes imputar responsabilidades a nível da sua conservação. Os bons exemplos, a este nível, pertencem a pessoas coletivas, como fundações (caso da Fundação Eugénio d`Almeida) ou a empresas/sociedades agrícolas e industriais (como a Finagra) que têm investido na investigação arqueológica e na valorização patrimonial de sítios e edifícios. Enquadram-se nesta categoria, por exemplo, o Conjunto Arqueológico das Murteiras (Fig.6) e das Casas Pintadas (Fundação Eugénio d`Almeida) e povoado dos Perdigões e Núcleo Museológico da Torre do Esporão (Finagra).

5. Investimento privado em sítios públicos

Os investimentos privados em sítios públicos podem enquadrar-se no Mecenato Cultural (Decreto-Lei N.º 74/99, de 16 de Março, DR n.º 63 - I série A, com as introduções dadas pela Lei 160/99 de 14 de Setembro, Lei 176-A/99 de 30 de Dezembro, Lei 3-B/00 de 4 de Abril, Lei 30-C/00 de 29 de Dezembro, Lei 30-G/00 de 29 de Dezembro, Declaração de Rectificação 7/01 de 12 de Março, Lei 109-B/01 de 27 de Dezembro e Lei 107-B/2003 de 31 de Dezembro) ou ainda, mais recentemente, no denominado Programa "Cheque Obra" - Programa

de Restauro do Património Edificado (Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2009, de 21 de Agosto).

Qualquer um destes programas prevê a possibilidade de particulares contribuírem para o estudo, salvaguarda e reabilitação do Património, obtendo para o efeito incentivos fiscais. Na prática, o primeiro tem uma expressão residual ou virtualmente inexistente e o segundo não chegou a ser implementado, segundo afirmações dos próprios responsáveis pelo Ministério da Cultura.

6. Para onde vamos?

Perante os desafios que o desenvolvimento socioeconómico têm colocado, nas últimas décadas, às sociedades em geral e ao Património Cultural em particular, a política do Estado português para com este sector necessita de uma atualização premente, de modo a assegurar uma resposta cabal aos mesmos.

Este ajustamento deverá passar pela execução efetiva de políticas de ordenamento do território e de apoio/incentivo à recuperação do vasto património existente, quer através de projetos financiados pelos diversos organismos do Estado (poder central e poder local), quer através do estabelecimento de protocolos exequíveis, com os particulares detentores de património, de modo a que estes se sintam incentivados a proceder à sua manutenção e conservação.

O caminho trilhado nos últimos anos tem sido pouco “protetor” do património em geral, não obstante a diversa legislação produzida. De facto, Portugal tem-se pautado por estabelecer políticas meramente administrativas de gestão corrente, ficando inclusivamente muito aquém do que seria expectável no desenvolvimento de ações de inventariação, proteção e investigação.

No que diz respeito à valorização de sítios, como se apontou anteriormente, esta tem sido muito escassa, em relação com o número

de sítios existentes e/ou intervencionados. Por outro lado, os sítios que foram recuperados e musealizados, nas últimas décadas, tem revelado problemas estruturais devido a uma manifesta incapacidade de gestão (escassez de técnicos qualificados, de manutenção, de marketing, dificuldades financeiras...).

Entregar a tarefa de recuperar, rentabilizar e salvaguardar o Património Cultural ao sector privado poderá ser uma saída lógica e viável, tanto mais que este grupo detém capacidade económica para o fazer. Naturalmente isso implica que existam mecanismos efetivos de controle por parte do Estado.

Neste contexto, deixamos algumas questões: que sítios valorizar? os que se encontram classificados? os que estão melhor estado de conservação? os que poderão gerar mais receitas, atraindo mais visitantes e desenvolvendo o turismo? os que têm maior valor científico? Naturalmente que esta não é uma decisão fácil, mas a gestão correta do Património Cultural tem de passar, necessariamente, por uma avaliação isenta e planeada, por parte da tutela.

Através dos vários instrumentos de gestão do território deverá ser estabelecido um planeamento estruturado a médio/longo prazo com uma avaliação dos potenciais alvos prioritários de investimento público. Mas, para que esta ação tenha sucesso o Estado tem de assumir que esta é, de facto, uma das suas tarefas fundamentais. Caso contrário, vamos continuar a assistir a ações desregradas, sem qualquer benefício a longo prazo e à destruição de valores culturais identitários, que constituem elementos essenciais na memória coletiva de um Povo.

7. Bibliografia

BRANCO, G.; ROCHA, L. (2008) – *Avaliação de Impacte Ambiental: o Património Arqueológico no Alentejo Central*. 3ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes Ambientais. Beja: APAI.

BRANCO, G.; ROCHA, L. (2009) – The contribution of archaeology to knowledge about the landscape. *ARCHEOSCIENCES. Revue d`archéométrie*. Suppl. 33. Paris: Presses Universitaires de Rennes, p. 173-174.

HALBWACHS, Maurice (1990) - *Memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice.

PARTIDÁRIO, M.R (2007) - *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas*. Agência Portuguesa do Ambiente. Lisboa.

PARTIDÁRIO, M. R; PINHO, P. (2000) – *Guia de Apoio ao novo Regime de Avaliação de Impacte Ambiental*. Lisboa: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território – IPAMB.

PARTIDÁRIO, M. R; JESUS, J. (2003) - *Fundamentos da Avaliação do Impacte Ambiental. Manual n.º 273*. Lisboa: Universidade Aberta.

PARTIDÁRIO, M. R; JESUS, J. ed. (2004) - *Avaliação do Impacte Ambiental*. Lisboa: Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente.

ROCHA, L. (2014a) – *Os problemas subjacentes ao registo arqueológico nos EIAs*. 2º Workshop Critérios de Avaliação de Impactes Ambientais – O Registo. Évora: CHAIA, p. 5-24.

ROCHA, L. (2014b) – *Nota final*. 2º Workshop Critérios de Avaliação de Impactes Ambientais – O Registo. Évora: CHAIA, p. 135-138.

**AS CONSTRUÇÕES DE FALSA CÚPULA OU CHAFURDÕES
no contexto da Alta-Idade-Média, na serra de S. Mamede**

Jorge de Oliveira⁷

Catarina de Mateus Soares⁸

Eliana Goufa⁹

Sofia Lovegrove¹⁰

Resumo:

Nesta comunicação apresenta-se um conjunto de reflexões sobre as possíveis relações espaciais, funcionais e cronológicas entre chafurdões, povoados e necrópoles alto-medievais e ermidas.

Palavras-chave: Chafurdões, Alta-Idade-Média, Povoados, Sepulturas

Abstract: This communication presents a series of considerations concerning the possible spatial, functional and chronological relations between chafurdões and early medieval settlements, burial sites and hermitages.

Keywords: chafurdões, Early Middle Ages, settlements, tombs.

Nas encostas da Serra de S. Mamede, sobretudo na zona norte, em zonas abertas, por entre os grandes batólitos de granito, identificam-se umas espantosas, estranhas e fortíssimas construções, localmente denominadas por chafurdões. Na bibliografia arqueológica local, a Carta Arqueológica de Castelo de Vide (RODRIGUES, 1975), a Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão (OLIVEIRA et al, 2007) e a Carta Arqueológica do Concelho de Nisa – 1ª fase (OLIVEIRA et al,

⁷ CHAIA / Univ. de Évora

⁸ Arqueóloga

⁹ Arqueóloga

¹⁰ Arqueóloga

2011), mostra-se que, praticamente desde a cota mais alta da serra (1025 m) até ao Tejo, estas construções ocorrem com maior ou menor frequência. Em território espanhol, sobretudo no Termo Municipal de Valência de Alcântara e especialmente nas imediações do Rio Sever, identificam-se, igualmente várias construções semelhantes. Coube a Maria da Conceição Rodrigues, em 1975, chamar pela primeira vez a atenção para estas estruturas, dedicando-lhe algumas páginas da sua carta arqueológica. Para além de descrever, genericamente, a sua arquitetura esta arqueóloga ensaia, em breves linhas, algumas tentativas de explicação para a sua funcionalidade, não chegando a qualquer conclusão. Contudo, atendendo à invariável orientação das portas, interroga-se se não haveria algum princípio religioso associado aos chafurdões.

No decurso da realização dos levantamentos arqueológicos atrás referidos começámos a reconhecer a proximidade geográfica destas construções com os povoados e necrópoles atribuídos à Alta-Idade-Média. Perante a ausência de uma informação precisa que nos possibilitasse datar os denominados chafurdões questionámo-nos sobre a sua possível relação cronológica e funcional com os povoados e sobretudo com as vulgarmente denominadas sepulturas escavadas na rocha. A comunicação que a este congresso trazemos concentra-se, exatamente, num conjunto de reflexões sobre esta possível relação crono-funcional.

Arquitetonicamente os chafurdões são estruturas de planta, maioritariamente circular, com diâmetros máximos exteriores que variam entre os 3 e os 6 metros e uma altura máxima que pode atingir os 5 metros. Exteriormente, a uma figura cilíndrica sobrepõe-se uma outra tendencialmente semiesférica, mas no interior observa-se uma forma cónica. Assim, poderemos falar duma cobertura em falsa cúpula que arranca diretamente da base e termina numa ou duas lajes que fecham a cúpula. Estas são estruturas maioritariamente construídas

com a denominada técnica da “pedra seca”, isto é, onde as argamassas de união estão ausentes, embora, algumas tenham sido rebocadas exterior e interiormente em fases posteriores. Os raros elementos ligantes originais que apresentam são terras argilosas que preenchem alguns vãos na zona mais grossa da estrutura. Sobre o lintel da única porta, na sua grande maioria virada a nascente, abre-se geralmente também uma única janela, ou fresta, a maior parte das vezes triangular. Exteriormente a figura cilíndrica é separada da calote esférica que se sobrepõe por uma tosca cornija de lajes de granito que se destacam cerca de 25 centímetros. Localmente esta cornija é denominada por capeado. Os blocos de pedra que conformam a calote esférica são revestidos por terra. Nesta terra crescem plantas rasteiras que com as suas raízes fixam a terra aos blocos de pedra estabilizando e impermeabilizando estas magníficas estruturas.

A volumetria dos blocos de pedra que constituem estas construções variam bastante e sobretudo oscilam de acordo com a função que desempenham na sua arquitetura. Se no paramento exterior podemos observar pedra de calibre pequeno e médio, que facilmente um só homem consegue erguer, casos há que na zona mais grossa e onde o contrapeso é fundamental na manutenção da falsa cúpula onde podemos encontrar pedras com pesos superiores aos 150 kgs e erguidos a mais de 3 metros de altura, o que implicava equipas de trabalho de vários homens em simultâneo. Pesos elevados apresentam também os lintéis e ombreiras das portas. Alguns destes blocos apresentam-se bem trabalhados, com os negativos para assentamento de gonzos e trancas. No interior, abrem-se geralmente uma ou duas “pilheiras” a cerca de 1 metro do chão.

Invariavelmente estas espantosas construções foram erguidas sobre amplos e regulares afloramentos graníticos que inviabilizam a existência de qualquer registo arqueológico.

Não raras vezes adossadas aos chafurdões coexistem outras estruturas, sempre mais rudimentares, tais como pequenos currais,

fornos de pão ou pequenos alpendres, que mostram ter sido erguidos em datas posteriores à construção original. Casos também se conhecem em que construções habitacionais de maior envergadura e muito mais recentes se anexaram a chafurdões pré-existentes (Fig.1). Atualmente muitos dos chafurdões que se conhecem são utilizados para os mais diferentes fins, sempre ligados a atividades agrícolas ou pastoris. Com o gradual abandono dos campos, hoje apenas são maioritariamente utilizados sazonalmente para acolher palha, alfaias e pequenos rebanhos. A diminuta utilização dos chafurdões tem contribuído para que a sua regular manutenção estrutural comece a ser esquecida contribuindo para a sua ruína. Para além da porta de madeira assente em gonzos e com tranca, ou mesmo fechadura, começar já a rarear. O abandono a que gradualmente começam a ser votados os chafurdões tem esquecido a obrigatória recolocação cíclica de terra na cobertura, pelo final do Verão ou inícios do Outono.

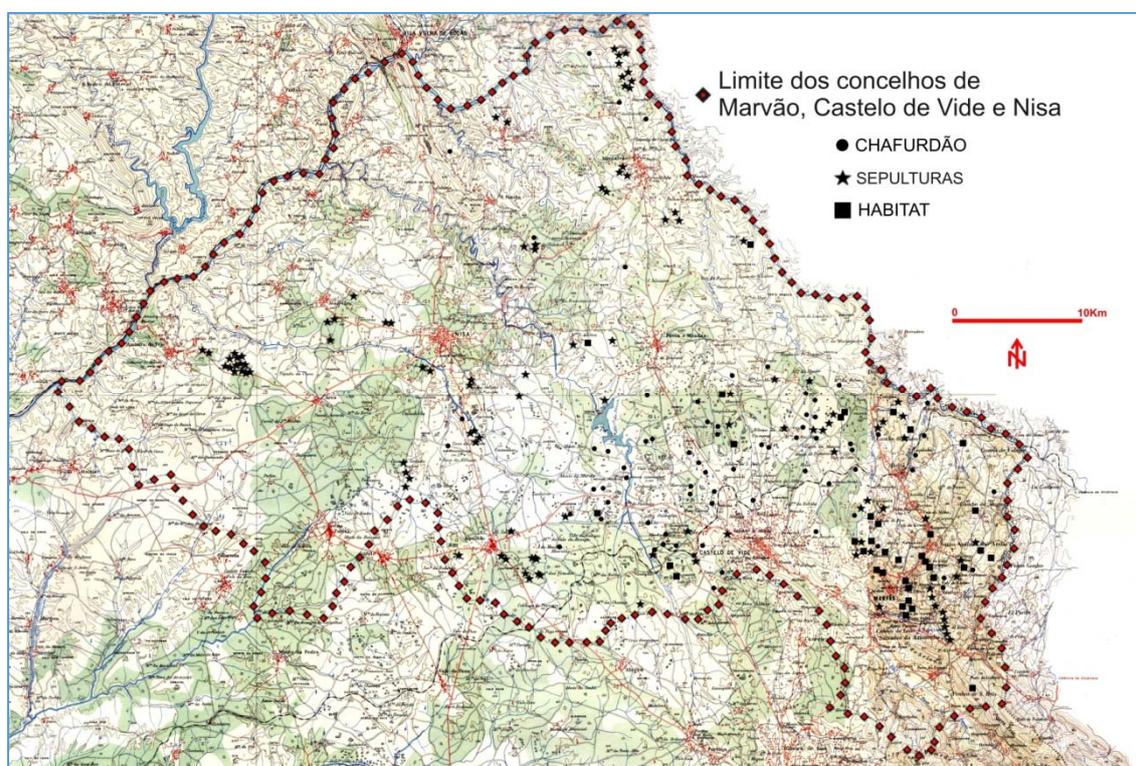


Figura 1. Mapa de distribuição das necrópoles e povoados da Alta Idade Média e dos chafurdões nos concelhos de Marvão, Castelo de Vide e Nisa

As palavras “chafurdão” ou apenas “furdão” parecem remeter-nos, de imediato, para pocilgas ou estorís. Na verdade, para abrigar os porcos era comum construírem-se pequenos cubículos de pedra seca e, igualmente, com cobertura de falsa cúpula. Contudo, estes abrigos raramente ultrapassavam os 80 cm de altura e geralmente organizavam-se em grupos de 3 a 10, ligados entre si, podendo estar delimitados por um curral de pedra seca. Conhecemos casos em que, em fases claramente posteriores, alguns destes abrigos foram construídos adossados diretamente aos chafurdões, ou no interior de pequenas cercas adjacentes.

A forte ocorrência de chafurdões nesta região a par de outras construções rurais, igualmente de planta circular e também muito abundantes, embora com cobertura vegetal, as denominadas choças, ou sochas tem provocado alguma confusão entre os menos atentos. As choças são construções claramente distintas em múltiplos aspetos, apenas se assemelhando nas dimensões da base e da sua planta, igualmente, circular.

As choças são constituídas por uma estrutura circular, em pedra seca, que raramente ultrapassa os 180cm de altura, com uma espessura média de 60 a 80 cm, sobre a qual assentam vários postes de madeira, formando um esqueleto cónico. Entrelaçam-se nestes postes de madeira ramos de giesta, que devidamente justapostos ou entrelaçados, formam uma cobertura impermeável. Para melhor sujeição dos ramos de giesta estes são cingidos por cordões feitos do mesmo arbusto que entrelaçados amarram intervaladamente toda estrutura. A cobertura cónica pode atingir uma altura máxima que rondará os 5 metros.

Estas construções que ainda se erigiam, de raiz, não há muitos anos tinham e têm múltiplas funções. Até à década de sessenta do século XX a aldeia dos Cabeçudos era formada quase em exclusivo por choças

onde a comunidade habitava. As de maior dimensão abrigavam as famílias, outras, mais pequenas, destinavam-se a animais e a celeiro. Anualmente, pelos inícios do outono, a totalidade ou parte dos ramos de giesta eram substituídos por novos reabilitando-se, assim, estas coberturas. Hoje subsistem ainda algumas destas choças mas a maior parte perdeu por completo a cobertura vegetal e outras viram os seus muros alteados e cobertos quer por telha, quer por chapas metálicas, perdendo-se, assim e infelizmente, toda a sua beleza e equilíbrio ambiental que a cobertura vegetal propiciava.

Coexistem, assim, nesta região dois tipos de construção de planta circular - os chafurdões e as choças -, embora sejam estruturalmente diferentes e, do nosso ponto de vista, cronológica e funcionalmente muito distintas. Enquanto a choça a enquadrámos, claramente, num tipo de construção agro-pastoril passível de ser erigida por uma ou duas pessoas, num curto espaço de tempo e sem recurso a estruturas de apoio para a elevação das pedras utilizadas na cobertura, a construção da maioria dos chafurdões exigiu um número muito maior de pessoas e houve necessidade da montagem de andaimes ou, mesmo de rampas de acesso à parte superior. Ainda que possamos encontrar paralelos para a arquitetura das choças desde os povoados pré e proto-históricos, mas sobretudo da Idade do Ferro, haverá também que reconhecer que existem referências a estas construções simples, mas amplamente funcionais, em todos os períodos da história, até aos nossos dias e amplamente conhecidos em várias regiões. Contudo, no que aos chafurdões diz respeito, o seu número e dispersão geográfica é muito menor.

Na área em apreço, isto é, na envolvência da Serra de S. Mamede, a grande maioria dos chafurdões identificámo-los nas imediações de sepulturas escavadas na rocha, ou mesmo junto a povoados atribuídos à Alta-Idade-Média. É bem certo que por toda esta região é fruto do que apelidámos por “pulverização da cidade romana de Ammaia”

(OLIVEIRA e PEREIRA, 2012) várias de dezenas de povoados, de maior ou menor dimensão, emergiram com o colapso do império romano resultantes da desagregação estrutural da velha urbe romana de Ammaia. Os pequenos vales, bem irrigados, propiciadores de uma economia de subsistência onde a horta e a criação de algum gado garantiam a sobrevivência duma pequena comunidade humana viram erguer-se frustes casas de pedra seca, de planta quadrada ou decangular, cobertas por velhas imbrices, ou reutilizando ainda algumas tégulas, mas onde a cobertura vegetal seria a mais comum. Nos afloramentos, especialmente graníticos, rasgaram-se lagares e sepulturas, algumas antropomórficas, provavelmente destinadas a alguma elite. Os outros foram tumulados, não muito distante em sepulturas simples, demarcadas por lajes, ou apenas em fossas, com diferentes tipos de cobertura. Maioritariamente, estaremos a descrever comunidades cristãs, atendendo, quer ao rito funerário, quer aos poucos, mas seguros, materiais exumados nos sepulcros, ou identificados nos povoados. Genericamente, poderíamos atribuí-los ao “período visigóticos”, valendo apenas simbolicamente esta denominação e baseados, mais uma vez, num muito reduzido número de testemunhos arqueológicos. Entre os mais conhecidos haverá que destacar o anel identificado numa sepultura da Azinhaga da Boa Morte, as moedas do Mascarro, ambos em Castelo de Vide (RODRIGUES, 1975) ou a telha com a inscrição cristã do Monte Velho, em Marvão (PAÇO, 1949).

É dentro deste contexto que encontramos a maior parte dos chafurdões. Na impossibilidade de, até agora, obtermos qualquer estratigrafia arqueológica diretamente associada aos chafurdões que nos permitisse data-los por, invariavelmente, se levantarem sobre afloramentos rochosos, outros indicadores cronológicos existem, mas de validade muito reduzida. Entre estes casos destaca-se um dos chafurdões situado no concelho de Castelo de Vide que apresenta a

data de 1733 gravada no lintel da porta e que poderia, numa leitura imediatista, datar a sua construção. Mas, mais uma vez, também este chafurdão está situado nas imediações da necrópole e habitat alto-medievais, que poderão, pôr em causa a data do século XVIII como a da fundação desta construção. Reforça ainda mais esta nossa dúvida um caso que ocorreu no concelho de Marvão nos finais da década de 80, do século XX. Um proprietário dum chafurdão rasgou no lintel da porta o ano em que mandou reabilitou uma parte da cobertura que já se encontrava algo destruída. Se nada ficasse registado, como seguramente não vai ficar, para além deste nosso texto, daqui a alguns anos quando os líquenes começarem a cobrir a data gravada, poderão vir a atribuir aos finais do século XX a construção de raiz do chafurdão, situado nas imediações da Beirã.

Na verdade diversas explicações poderão ser aventadas para a elevadíssima incidência de chafurdões junto a necrópoles ou a povoados da Alta-Idade-Média sem que, necessariamente se estabeleça uma relação cronológica direta. Numa primeira leitura macroscópica e empírica pareceu existir uma relação de proximidade entre testemunhos alto-medievais e os chafurdões. Quando se efetuou a comparação e a sobreposição do mapa de dispersão dos povoados e das necrópoles, com a dos chafurdões para os concelhos de Marvão, Castelo de Vide e Nisa, a relação de proximidade inicialmente pressentida tornou-se manifestamente evidente. A partir das leituras cartográficas e das informações de campo que possuíamos deslocámo-nos a alguns dos chafurdões que na cartografia apresentavam maior proximidade com as estruturas medievais e confirmámos a relação direta existente entre sepulturas escavadas na rocha e os referidos chafurdões. Mas esta relação de direta proximidade é especialmente enfatizada e reforçada no caso do chafurdão do Vale da Bexiga (Fig.2), no limite sul do concelho de Castelo de Vide. Para além de se situar, a escassos metros de, pelo menos, duas sepulturas escavadas na rocha,

foi recolhido pela Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide, do interior dum derrube da estrutura do chafurdão um fragmento de colunelo de mármore, indubitavelmente de gosto visigótico, onde se observa uma rude gravação dum cristograma (Fig. 3 e 4). De salientar, que a curta distância situa-se a arruinada ermida de N.º. Sr.ª. das Virtudes, cuja arquitetura nos remete para o período medieval e junto da qual se localizam outras sepulturas escavadas na rocha. Outro caso singular, também no concelho de Castelo de Vide e que mais uma vez parece confirmar a hipótese que temos vindo a formular da provável contemporaneidade dos chafurdões com os habitats e necrópoles alto-medievais, é o que ocorre em St.º. Amarinho. Também aqui, para além dos vestígios da ermida que lhe dá o nome e da necrópole alto-medieval ergue-se, não muito distante um chafurdão.



Figura 2. Sepulturas e chafurdão do Vale da Bexiga



Figura 3. Aspeto do colunelo com a gravação dum "Cristograma" segundo J. Magusto



Figura 4. Decalque do "Cristograma" do colunelo do Vale da Bexiga

Na zona do Mascarro, onde um de nós (J.O.) dirigiu trabalhos de escavação na década de oitenta, a par da necrópole do período

visigótico e das estruturas romanas, está presente um chafurdão. Ainda em Castelo de Vide, a direta associação entre chafurdões e sepulturas ocorre em inúmeros locais, dos quais destacamos o Vale da Silvana, Jocel e Cerejeiro. No concelho de Portalegre, ainda que infelizmente nunca estudado, conhecemos no Monte de João Francisco situações idênticas, que se repetem no concelho de Marvão. Neste concelho revela-se de particular interesse a zona entre a ermida de St^o. António e a Fonte de Souto. Aqui, também uma necrópole e povoado alto-medieval acolhem um chafurdão e a escassos metros a arruinada ermida de St^o. António, que pelo aspeto exterior aparenta ter sido reformulada no séc. XVII, mas que alguns elementos estruturais apontam para uma maior antiguidade. Ainda no concelho de Marvão assumem particular interesse dois locais emblemáticos. Na Mouta Rasa, um enorme chafurdão localiza-se na área dum povoado alto-medieval, onde está, igualmente presente uma vasta e singular necrópole de sepulturas escavadas na rocha, algumas ainda com respetiva tampa, embora já violadas. No Monte Velho, concelho de Marvão, que acolhe um enorme povoado e necrópole alto-medievais, identificou-se uma telha com uma inscrição cristã (PAÇO, 1947). Nesta região ocorrem, igualmente, dois chafurdões, um deles já muito arruinado e outro de grandes dimensões. Na telha inscrita, infelizmente hoje desaparecida, proveniente deste povoado e recolhida por Afonso do Paço quando aqui procedeu a escavações, era possível ler-se “latim bárbaro” (H)IC PAX (H)IC C(H)RIST(VS) (PAÇO, 1947). Mais casos idênticos conhecemos, quer no concelho de Nisa, quer no Termo Municipal de Valência de Alcântara, mas que aqui não descrevemos por limite de espaço.

Constata-se, assim, serem demasiadas as coincidências de proximidade geográfica entre povoados e necrópoles alto-medievais com chafurdões para ficarmos indiferentes. Ainda que sem qualquer confirmação podemos e devemos levantar algumas hipóteses

interpretativas. A primeira hipótese e provavelmente a mais elementar, poderia justificar esta proximidade com a disponibilidade de abundante pedra já cortada, resultante do abandono dos povoados alto-medievais e, em épocas posteriores, a sua reutilização na construção dos chafurdões. Contudo, ainda que plausível, não nos explicava a presença de chafurdões unicamente associados a sepulturas escavadas na rocha, como acontece em vários sítios desta região, situando-se os povoados a maior, ou menor distancia. Se a razão fosse meramente economicista o chafurdão estaria situado no interior do povoado e não necessariamente junto às sepulturas. Possuindo alguns destes povoados abundantes cerâmicas de construção, seria plausível que, se considerássemos os chafurdões meramente como recicladores de matéria-prima que ocorresse com grande frequência a presença de cerâmicas de construção, pelo menos a colmatar alguns interstícios dos chafurdões. Contudo, nunca constatámos tal facto, o que nos pode, mais uma vez, remeter para a franca possibilidade da grande antiguidade destas construções de falsa cúpula, eventualmente contemporânea das necrópoles. A presença do colunelo visigótico na fábrica do chafurdão do Vale da Bexiga obrigamos, na verdade, a constatar que o mesmo terá sido reutilizado quando já se apresentaria fraturado. Pelas características do referido colunelo ele poderá ser datado entre os séculos V e o VIII, o que nos confere um espectro cronológico com, pelo menos, de 300 anos, podendo, assim, ter sido, já num momento dessa recuada época, reutilizado no chafurdão. Se, paralelamente, reconhecermos que as sepulturas escavadas na rocha são hoje, maioritariamente, balizáveis, ainda que com alguma discussão associada, entre o séc. VI e o séc. XII, sobretudo em espaço rural, então haveria, mais uma vez, grande possibilidade de remetermos a construção do chafurdão para um outro qualquer momento, pelo menos, entre o século VIII e a denominada Reconquista Cristã, contemporâneo, portanto, das sepulturas escavadas na rocha que junto se encontram. A reutilização do colunelo

e eventualmente de outros materiais de construção da fase visigótica do Vale da Bexiga, cujos vestígios se situam a cerca de 500 metros do chafurdão, configura, assim, uma hipótese plenamente plausível.

Embora estes argumentos nos possam remeter, ainda que de uma forma pouco segura, a construção dos chafurdões para os inícios da Idade Média, não nos permitem, contudo, definir a sua funcionalidade. Haverá, mesmo assim, e perante estes factos, que tentar avaliar alguns aspetos formais destas espantosas construções. Aceitando que a anterior hipótese, por nós formulada, de associar os chafurdões aos inícios da Idade Média, haverá que reconhecer que, nesta altura, não seria muito comum existirem construções habitacionais de planta circular, cobertura de falsa cúpula, sem chaminé e sem janelas. Se considerássemos estas construções, apenas como espaços de habitação seria razoável que, pelo menos, possuissem alguma abertura superior para eventual saída de fumos e um espaço específico de lareira. Igualmente estranha é a inexistência de grupos de chafurdões, formando aglomerados habitacionais. Se não se destinassem a habitação, seriam simplesmente abrigo para animais? celeiro? ou para a guarda de alfaias? Se se destinassem a estes fins parece-nos pouco razoável um tão grande investimento na construção, quando poderiam ter erigido simples abrigos, com cobertura de telha ou mesmo de giesta, à semelhança das choças. Mais estranho se torna, ainda a grande altura de alguns deles se se destinassem apenas a abrigo de animais. Se não se destinavam a habitação para que serviriam, então, as pilheiras que geralmente possuem no interior? E a estreita fresta, triangular ou retangular, que praticamente todas estas construções apresentam sobre a porta, era apenas uma reduzida entrada de ar, quando a porta se encontrava fechada, ou teria uma outra qualquer função funcional ou simbólica? Mas, mais estranha ainda, é a constante orientação da porta. Maioritariamente, os chafurdões de planta circular apresentam a abertura virada ao nascente. Esta orientação resulta

duma simples razão de salubridade, ou estaremos em presença de algo que ultrapassa o simples ato funcional e racional e entramos no domínio do simbólico?

Importa, também aqui referir a presença de espaços religiosos católicos nas imediações de algumas sepulturas escavadas na rocha e, concomitantemente, a maior ou menor distância a existência de chafurdões. No contexto do complexo arqueológico do Vale da Bexiga, concelho de Castelo de Vide, as ruínas da ermida da N^a. Sr^a. das Virtudes (Fig. 5), convivem, em espaço próximo, com as sepulturas, o que se aceita com naturalidade, e com o chafurdão. Esta ermida, canonicamente orientada, apresenta um aparelho construtivo que a remete, pelo menos, para o período medieval, embora se reconheçam, naturalmente, restauros posteriores. Também no mesmo concelho, as ermidas de N^a. Sr^a. da Luz e St^o. Amarinho implantam-se nas imediações de necrópoles alto-medievais apresentando no mesmo contexto, chafurdões. Também na antiga vila das Meadas, ocorre situação algo semelhante, ainda que os vestígios já estejam bastante adulterados pela contínua reutilização do espaço. A já referida ermida de Sto. António, no concelho de Marvão, dialoga com sepulturas escavadas na rocha, povoado alto-medieval e chafurdão. Em Montalvão, nas imediações da Ermida de N^a. Sr^a. dos Remédios, nos afloramentos xistosos que não muito distante se localizam abrem-se sepulturas alto-medievais e, ainda nos inícios da década de oitenta do século XX, aí se conhecia um chafurdão, já nessa altura muito arruinado e que veio a ser totalmente destruído durante as campanhas de florestação com eucaliptos. Ainda no concelho de Marvão, na zona do Vale de Ródão a muito recente ermida de N^a. Sr^a. da Graça veio a erguer-se junto a uma necrópole alto-medieval e a um povoado. Nessa zona existem também vestígios duma estrutura circular totalmente arruinada, provavelmente um chafurdão. Contudo, a ermida que hoje se conhece remonta ao século XX. Terá aí existido outra mais antiga?

No Termo Municipal de Valência de Alcântara, na estrada para La Fontañera, no Vale de Sambenito, a par das antiquíssimas ruínas da ermida que dá o nome ao local, seguramente erguida sobre estrutura cultural romana, reconhece-se um amplo povoado alto medieval e respetiva necrópole e, segundo informação obtida no local, existirá no limite deste vale um chafurdão muito arruinado, regionalmente conhecido por bugio.



Figura 5. Ermita de N.ª Sr.ª das Virtudes, Vale da Bexiga

Apresentamos aqui alguns exemplos desta curiosa e interessante associação cujo real significado desconhecemos, mas que não devemos ignorar. Nos tempos mais recentes os chafurdões têm vindo a ser utilizados apenas para apoio às atividades rurais e dois apresentam datas gravadas que remontam aos séculos XVIII e XX. O primeiro caso localiza-se no concelho de Castelo de Vide e tem gravada a data de 1733 e o segundo, o Chafurdão da Fonte do Cortiço, em Marvão, apresenta gravado no lintel da porta a data de 1938. Para este caso e segundo o proprietário esta data foi ali gravada no ano em que o

chafurdão recebeu uma grande obra de recuperação. Por este exemplo, ainda que não generalizável, as datas relativamente recentes correspondem a momentos de reabilitação das construções. Muitos destes chafurdões associam-se a contextos funerários alto-medievais, em idêntica situação de algumas ermidas, de cronologia singularmente recuada. A constante implantação dos chafurdões diretamente sobre a rocha recorda-nos o que Jesus Cristo terá ensinado num dos seus sermões na montanha, transmitido S. Mateus no seu Evangelho e que nos diz: "Todo aquele que escuta estas minhas palavras e as põe em prática é como o homem prudente que edificou a sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, engrossaram os rios, sopraram os ventos contra aquela casa; mas não caiu, porque estava fundada sobre a rocha. Porém, todo aquele que escuta estas minhas palavras e não as põe em prática poderá comparar-se ao insensato que edificou a sua casa sobre a areia." (Mateus, 7:24-27)

Terão os construtores destas fortíssimas construções seguido os ensinamentos de Cristo, no Sermão da Montanha? Recordemos que as tumulações que se conhecem junto a chafurdões seguiram, com grande probabilidade, o rito cristão e recordemo-nos do cristograma gravado no colunelo do Vale da Bexiga e das ermidas que acima referimos.... Enfim, um conjunto de testemunhos que nos sugerem que a funcionalidade dos chafurdões poderia estar relacionada, originalmente, com práticas religiosas ou funerárias, eventualmente na preparação dos corpos para a deposição nas sempre problemáticas sepulturas escavadas na rocha.

Muitas dúvidas e questões ficam por resolver sobre tão interessantes e, infelizmente esquecidas construções. Quisemos aqui dar o nosso contributo ao desenvolver algumas reflexões, esperando que um dia consigamos ter mais certezas que confirmem, ou não as nossas sugestões interpretativas, ou que assumam como verdadeiras outras hipóteses como a também já formulada de que os chafurdões teriam

sido erigidos pelos pastores do norte quando para o sul traziam os seus rebanhos em transumância, para aí se abrigarem e aos seus juvenis.

Para avaliarmos o real esforço e número de homens mínimo necessário para a construção dum chafurdão realizámos um ensaio de arqueologia experimental com a equipa de pedreiros da Câmara Municipal de Marvão. Nos inícios dos anos 90 do século XX, no jardim frente à Igreja de S. Tiago, na vila de Marvão, resolvemos construir, de raiz, um chafurdão. Primeiramente visitámos vários chafurdões da região e de seguida desafiámos os quatro pedreiros da câmara municipal, chefiados pelo, já falecido, Mestre Caldeira a construir um chafurdão naquele lugar. Para o transporte da pedra, recolhida na zona norte do concelho, utilizou-se uma camioneta. Não contando com o tempo da recolha e transporte da pedra foram necessários 18 dias de trabalho (6 horas reais diárias) para os 4 homens levantarem este pequeno chafurdão com 5,5 metros de diâmetro externo e 4,5 metros de altura. Por não se ter conseguido obter pedra de maior dimensão, na fase final do fecho da abóboda, utilizaram argamassa na união das pedras, não se respeitando, assim, integralmente o objetivo inicialmente proposto. Constatámos, desta forma, que para a construção deste pequeno chafurdão, onde apenas se utilizaram blocos de pedra facilmente movimentáveis por um único homem e se recorreu a uma camioneta para a recolha da pedra, foram necessários, pelo menos 4 homens e quase 20 dias de trabalho. Compreende-se, assim, que para a construção dos grandes chafurdões que nesta região se conhecem, utilizando blocos de pedra, alguns a rondarem os 200Kgs, colocados a vários metros de altura, seriam necessários, pelo menos, 5 a 6 homens durante, no mínimo, um mês. Revela-se, então, que estas interessantíssimas construções não poderiam resultar apenas do esforço de um ou dois pastores para aí se acolherem. A construção da maior parte destes chafurdões obrigaria a um investimento que só seria possível com o envolvimento duma comunidade mais alargada.

Publicamos neste artigo a sequência de imagens da construção do chafurdão de Marvão e agradecemos penhoradamente a todos os que nesta experiência participaram, especialmente, ao nosso (de J.O.) saudoso Amigo Mestre Caldeira. À Câmara Municipal de Marvão, à data presidida pelo Sr. António Andrade, queremos igualmente manifestar os nossos agradecimentos pelo apoio disponibilizado para esta interessante experiência e que já alguma confusão gerou quanto à época da sua construção. Aqui fica, então, registado que o chafurdão de Marvão é obra dos finais do século XX.

BIBLIOGRAFIA

BÍBLIA SAGRADA: Difusora Bíblica. Centro Bíblico dos Capuchinhos, 5ª edição, 2012, Lisboa

BUENO RAMÍREZ, P; VÁZQUEZ CUESTA, A. (2008) – *Patrimonio arqueológico de Valencia de Alcántara. Estado de la cuestión*. Valencia de Alcántara: Ayuntamiento de Valencia de Alcántara.

MAGUSTO, João F.A. (2012) – A Propósito de um colonelo... *Castelo de Vide Informação*, ed. online (<http://issuu.com/cmcastelovide/docs/castelo-vidе-informacao-fevereiro?mode=window&pageNumber=28>)

OLIVEIRA, Jorge de; PEREIRA, Sérgio; PARREIRA, João (2007) – *Nova Carta Arqueológica do Concelho de Marvão*. Marvão: Edições Colibri e Câmara Municipal de Marvão.

OLIVEIRA, Jorge de; Ribeiro, Margarida; Pinto, Mário (2011) – Carta Arqueológica de Nisa – 1ª fase (Revisão do PDM). *Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3as jornadas*. Edições Colibri / Câmara Municipal de Fronteira.

OLIVEIRA, Jorge de; PEREIRA, Sérgio (2012) – A pulverização da Ammaia na Alta Idade Média, Espaços e Paisagens. *Antiguidade*

Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 História, Arqueologia e Arte. Évora: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos.

PAÇO, Afonso do (1949) – Inscrição Cristã do Monte Velho. Sep. *Revista Brotéria*. 49. Porto: Tip. Porto Médico.

PAÇO, Afonso do (1953) – Carta arqueológica do concelho de Marvão. Sep. *Ciências Históricas e Filológicas*. 8. Lisboa: Imprensa Portuguesa.

PRATA, S. (2012) - *As Necrópoles alto-medievais da Serra de São Mamede (Concelhos de Castelo de Vide e Marvão)*. Lisboa: [s.n].
Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa.

RODRIGUES, Maria da Conceição Monteiro (1975) – *Carta Arqueológica do concelho de Castelo de Vide*. Portalegre: Junta Distrital de Portalegre.



Figura 6. Chafurdão da Mouta Raza - Marvão



Figura 7. Interior do Chafurdão da Mouta Raza



Figura 8. Chafurdão de Vale de Cales - Castelo de Vide



Figura 9. Chafurdão do Corregedor - Marvão



Figura 10. Sepultura e Chafurdão da Fonte de Souto – Marvão



Figura 11. Chafurdão e povoado da Fonte de Souto - Marvão



Figura 12. Chafurdão da Fonte do Cortiço – Marvão

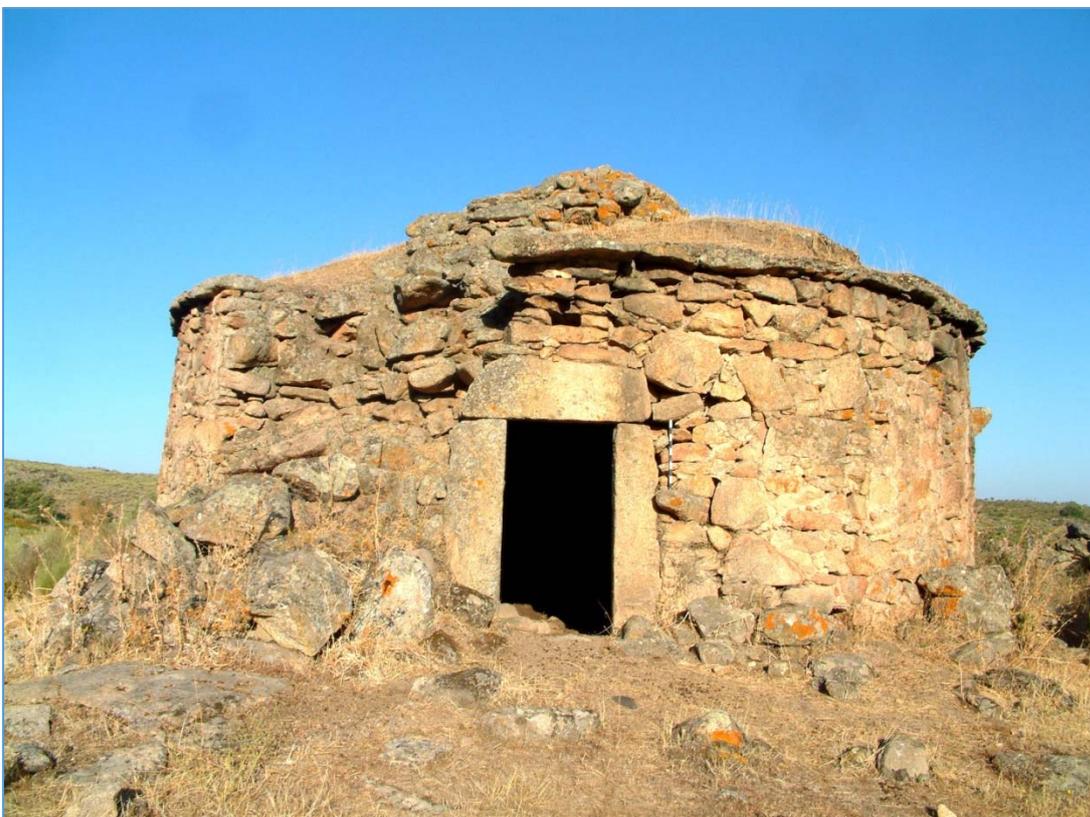


Figura 13. Chafurdão do Cancho da Moita 1 - Marvão



Figura 14. Chafurdão do cancho da Moita 2 – Marvão

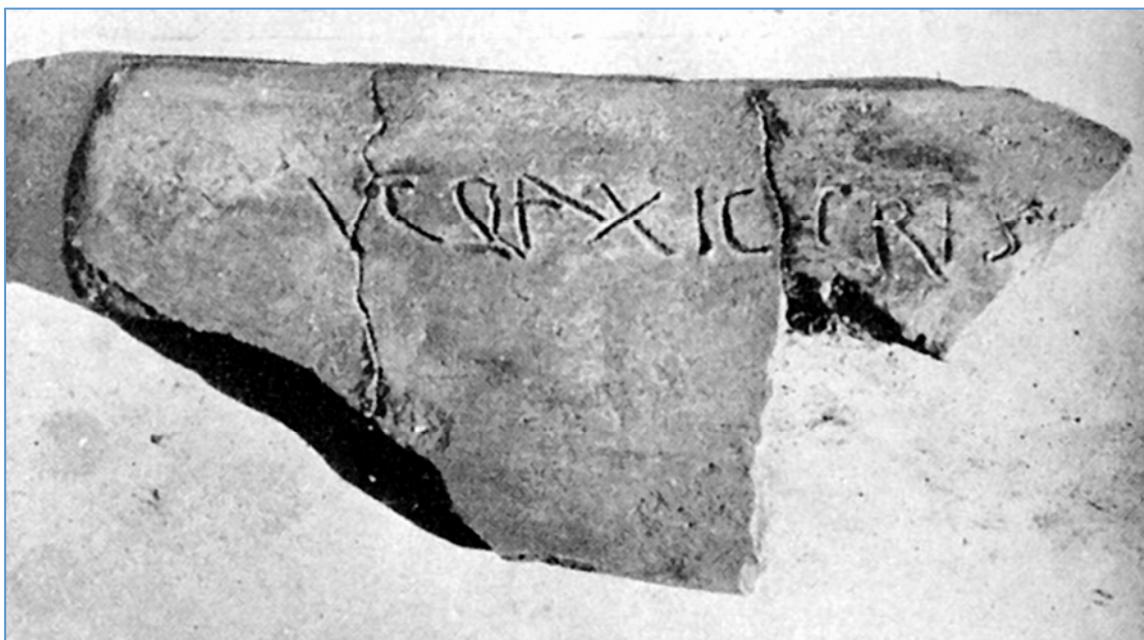


Figura 15. Telha com inscrição cristã – Monte Velho - Marvão

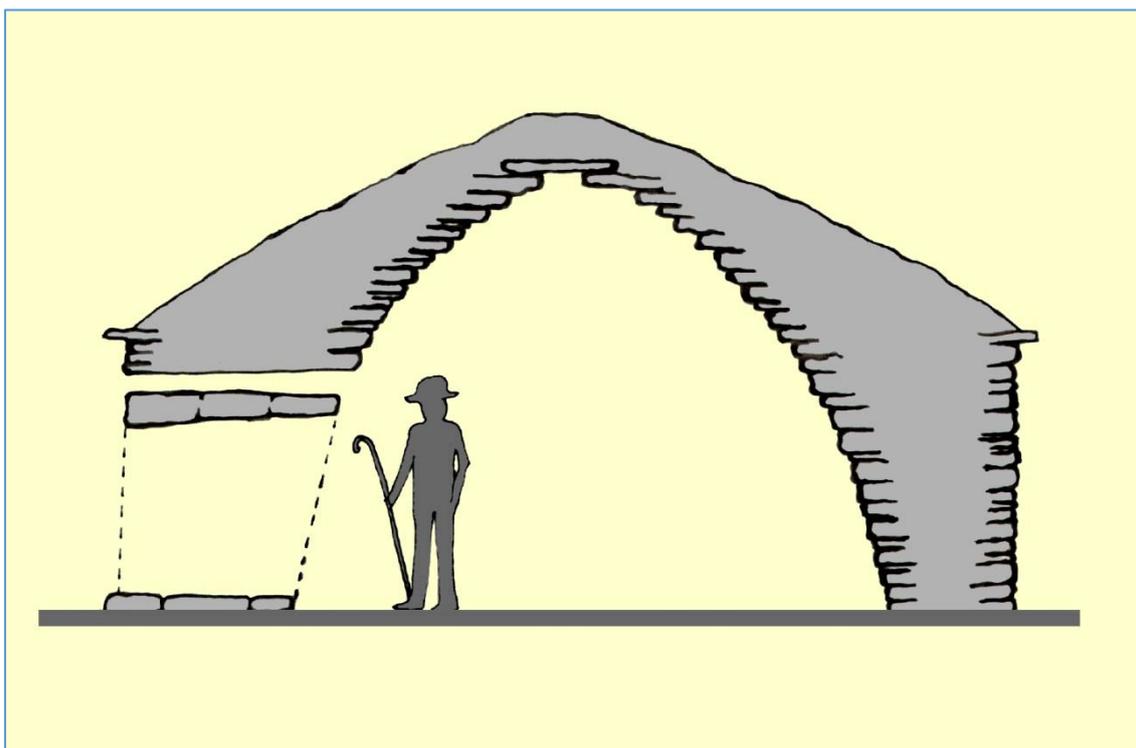


Figura 16. Corte dum chafurdão



Figura 17. Construção do chafurdão do Jardim de S. Tiago - Marvão



Figura 18. Construção do chafurdão do Jardim de S. Tiago – Marvão



Figura 19. Construção do chafurdão do Jardim de S. Tiago - Marvão



Figura 20. Construção do chafurdão do Jardim de S. Tiago - Marvão



Figura 21. Construção do chafurdão do Jardim de S. Tiago - Marvão



Figura 22. Chafurdão do Jardim de S. Tiago atualmente – Marvão



Figura 23. Choça no concelho de Marvão – aspeto final.